



**RAFAEL GUIMARÃES RODOVALHO**

**COPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL E  
COOPERAÇÃO SUL SUL PROMOVIDOS PELO  
GOVERNO BRASILEIRO EM PARCERIA COM  
O PNUD: DOIS VETORES DE PROMOÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO**

**Brasília  
2009**

**RAFAEL GUIMARÃES RODOVALHO**

**COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL E  
COOPERAÇÃO SUL SUL PROMOVIDOS PELO  
GOVERNO BRASILEIRO EM PARCERIA COM  
O PNUD: DOIS VETORES DE PROMOÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO**

**Projeto de Monografia apresentado como requisito  
para aprovação na matéria Metodologia de  
Pesquisa no curso de bacharelado em Relações  
Internacionais do UniCEUB - Centro Universitário  
de Brasília.**

**Orientador: Renato Zerbini Ribeiro Leão.**

**BRASÍLIA  
2009**

**RAFAEL GUIMARÃES RODOVALHO**

**COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO SUL SUL  
PROMOVIDOS PELO GOVERNO BRASILEIRO EM PARCERIA COM O PNUD:  
DOIS VETORES DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO**

**Monografia apresentada para obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais do Centro  
Universitário de Brasília.  
Orientador: Renato Zerbini Ribeiro Leão**

**Brasília, 04 de abril de 2009.**

**Banca Examinadora:**

---

**Renato Zerbini Ribeiro Leão  
Orientador**

---

**Alaor Silvio**

---

**Marcelo Gonçalves do Valle**

Dedico esta monografia a todas as pessoas que são altruístas e possuem o forte desejo de ajudar o próximo como a si mesmo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela permissão de estudar Relações Internacionais e por ter força de vontade para trabalhar por um mundo cada vez mais justo. Aos Mestres e a meus pais que me apoiaram e orientaram em todos os momentos em que precisei, assim como meus irmãos, avós, demais familiares e amigos.

## RESUMO

A Cooperação Sul Sul (CSS) é uma das maneiras mais econômicas e promissoras dos países ditos emergentes manterem presença no cenário internacional como verdadeiros atores participativos da Cooperação Internacional (CI). A CSS é uma modalidade de Cooperação Técnica Internacional (CTI) que é praticada horizontalmente e cujos recursos aos projetos e países, não provem de doações exageradas por parte da comunidade internacional. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tornou-se um parceiro importante do Governo Brasileiro para melhor implementar políticas públicas deste país que podem ser replicadas em outros Estados também da parte Sul do planeta. Seus recursos são provenientes, principalmente, da fonte do Governo Federal. O Programa em questão possui escritórios físicos na maioria dos países membros da ONU, contando, ademais, com um sistema financeiro e de monitoramento de projetos universalmente usado, facilitando na execução dos projetos estratégicos para o Brasil via *online*.

**Palavras-chave:** Organização das Nações Unidas; Cooperação Técnica Internacional; Cooperação Sul Sul; Cooperação Técnica entre países em Desenvolvimento; Governo Brasileiro.

## ABSTRACT

South South Cooperation (SSC) is one of the most economical and promising of these emerging countries to maintain their presence in international arena as genuine actors participatory of International Cooperation (IC). The SSC is a modality of International Technical Cooperation (ITC) which is carried horizontally and whose resources to projects and countries, do not come from donations exaggerated by the international community. United Nations Development Programme (UNDP) has become an important partner of the Brazilian Government to better implement public policy of this country that can be replicated in other states also in the southern part of the planet. Your resources are provided, specially, from the Federal Government fund. The program has countries offices in most of the UN nations, which, moreover, with a financial and projects monitoring system universally used, facilitating the implementation of strategic projects for Brazil online.

**Keywords:** United Nations Organization; International Technical Cooperation; South South Cooperation; Thecnical Cooperation between Development Countries; Brazilian Government.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AG	Assembléia Geral
AI	Atividade Isolada
ASEAN	Association of South East Asian Nations
AWP	Annual Work Plan
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
CGAP	Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo
CGDS	Coordenação-Geral de Cooperação em Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Formação Profissional
CGMA	Coordenação-Geral de Cooperação em Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio-Ambiente
CGPD	Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
CGRB	Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Bilateral
CGRM	Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Multiateral
CGTI	Coordenação-Geral de Cooperação em Tecnologia da Informação, Governança Eletrônica, Defesa Civil, Urbanismo e Transporte
CI	Cooperação Internacional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPAP	Country Programme Action Plan
CPD	Country Programme Document
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS	Conselho de Segurança
CSS	Cooperação Sul Sul
CTI	Cooperação Técnica Internacional
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
DCT	Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos
DAS	Development Advisory Services
DCT	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica
DDHH	Direitos Humanos
DESC	Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
DEX	Direct Execution
DGTTF	Fundo Fiduciário de Governança Democrática
DPR	Departamento de Promoção Comercial
DSS	Development Support Services
EE BA	Escritório Estadual da Bahia
EPTA	Expanded Program of Technical Assistance
EUA	Estados Unidos da América
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEE	gases do efeito estufa
GEF	Fundo Global do Meio-Ambiente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
MDL	mecanismos de desenvolvimento limpo



MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NCC	Net Contributing Country
NEX	National Execution
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OI	Organismo Internacional
OI	Organização Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODOC	Documento de Projeto
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PTA	Plano Anual de Trabalho
SESI	Serviço Social da Indústria
SP	Subprojetos
SUBIN	Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional
TRI	Teoria das Relações Internacionais
UNCT	United Nations Country Teams
UNDAF	United Nations Development Assistance Framework
UNDG	United Nations Development Group
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNOPS	United Nations Office for Project Services
UNSP	United Nations Special Fund
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DESDE O PRIMA DA TRI.....</b>	<b>14</b>
1.1 Institucionalismo .....	14
1.2 Rousseau: relação entre indivíduo e Estado .....	16
<b>2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....</b>	<b>20</b>
2.1 Organização das Nações Unidas.....	20
2.2 Reforma da ONU: possíveis impactos na CI.....	24
2.3 PNUD: mudanças internas .....	26
2.4 Cooperação Política e Econômica Internacional .....	33
2.5 Cooperação Técnica Internacional .....	34
2.6 Cooperação Sul Sul .....	37
<b>3 A CTI: O BRASIL COMO ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>43</b>
3.1 Modalidades de projetos de Cooperação Técnica .....	43
3.2 Agência Brasileira de Cooperação - ABC.....	44
3.3 BRA/98/004 - Implementação de Programas e Projetos de CTPD .....	46
3.4 BRA/04/043 - Implementação de Programas e Projetos de CTPD .....	47
3.4.1 Objetivos e Execução .....	47
3.4.2 Orçamento .....	50
3.4.3 Direção e Coordenação.....	51
3.4.4 Sub Projetos no Haiti.....	51
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

Esta monografia pretende investigar a cooperação técnica internacional promovida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), analisando sua importância para o desenvolvimento do Brasil. A área primordial que será discutida neste trabalho é a participação do PNUD nos projetos e atividades de cooperação técnica internacional promovidas pelo governo brasileiro através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), observando a relevância desse Organismo Internacional ou não para a política externa do Brasil.

Será analisada, ainda, a mudança ocorrida nas últimas décadas dos projetos de cooperação técnica internacional, com a discussão freqüente se o PNUD é considerado pelo Estado como um parceiro para a promoção do desenvolvimento ou como um Organismo que facilita nas compras e contratações de pessoal para o governo.

O Brasil, assim como alguns outros países em desenvolvimento, passou de mero receptor de conhecimento para uma relação de parceria com organismos internacionais. Sobretudo através do Ministério das Relações Exteriores (MRE), vem promovendo o que se chama de cooperação técnica prestada, onde o país presta conhecimento a outras nações, diferentemente da usual cooperação técnica recebida, onde nosso país é mero receptor do conhecimento acumulado dos outros países e das Organizações Internacionais (OIs).

Os projetos do PNUD são financiados, principalmente, pelo Governo Federal, seguido pelo Banco Mundial, e colaboram para a implementação de suas políticas públicas por boa parte do território, bem como no exterior.

Cooperação internacional pode ser trabalhada através de vários autores, tanto clássicos quanto contemporâneos. Devido a isso, serão utilizados autores destas duas épocas distintas, Keohane e Rousseau, a fim de mostrar que o tema, apesar de atual, também é baseado em teorias iluministas. Assim, o marco teórico desta monografia é subsidiado por teorias distantes no tempo, ao mesmo tempo, próximas no pensamento exposto. Estes temas serão estudados no primeiro capítulo.

As Nações Unidas e as diversas modalidades de Cooperação Internacional serão trabalhadas no segundo capítulo desta monografia, descrevendo como é a CI no cenário atual entre Estados, OIs, além de blocos econômicos e políticos.

O ano de 2004 receberá atenção maior neste trabalho, pois foi um ano significativo para o PNUD, a partir do qual os dois projetos com maior orçamento atualmente tiveram

início neste período e pelo fato do projeto escolhido para realizar um estudo de caso também iniciou em 2004.

O terceiro capítulo será composto por um estudo de caso do Projeto “BRA/04/043<sup>1</sup> - Implementação de Programas e Projetos de CTPD” (Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento), onde mostra a importância do PNUD para o Brasil no cenário internacional.

Este estudo trabalhou também a mudança de agenda entre o Brasil e o PNUD e tenta responder ao questionamento simples, mas ao mesmo tempo crucial: Por que o PNUD precisa do Brasil e por que o Brasil precisa do PNUD? A Cooperação Sul Sul é uma abertura, onde o PNUD já atua e pode contribuir muito mais, como com a transferência de tecnologias a países mais pobres e recursos humanos qualificados.

Para responder as questões acima apresentadas, será feita uma breve incursão histórica do PNUD. A cooperação técnica internacional passou por uma grande mudança de paradigma desde o início dos anos 90 e o PNUD acompanhou toda esta trajetória.

Foram analisados alguns estudos dos objetivos de trabalho do PNUD; de maneira geral, da modalidade cooperação técnica internacional brasileira; e de artigos que abordam este tema. Além disso, minha percepção sobre este Programa também estará presente nesta pesquisa, levando em conta que trabalho lá desde abril de 2007, agora, acumulando os cargos de Assistente de Programa na Unidade de Políticas Sociais e Assistente de Coordenação da Unidade Geral de Programa, com a carteira dos seguintes projetos: Ministério das Relações Exteriores (Agência Brasileira de Cooperação, Departamento de Promoção Comercial, Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, Departamento Cultural), Escritório Estadual da Bahia (Governo do Estado da Bahia, Prefeitura de Recife, Governo do Estado de Santa Catarina, Governo do Estado do Amazonas), Instituto Estrada Real e Ministério da Educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Secretaria de Educação Superior).

Partindo desta análise, esta monografia discutirá a mudança de paradigma ocorrido com a utilização dos projetos de Cooperação Técnica pelo Governo Federal do Brasil e a adaptação por parte das Agências, Programas e Fundos da ONU. Ao mesmo tempo em que o Brasil busca uma parceria de igual para igual em relação à aprendizagem, estes projetos ainda são bastante demandados pelo governo para auxiliar na agilidade da execução dos resultados esperados a serem cumpridos pela instituição, descrito no Documento de Projeto (PRODOC).

As intervenções do PNUD devem estar dentro de seu mandato, além de possuir vantagem

---

<sup>1</sup> A sigla “BRA” é usada apenas para projetos PNUD Brasil. Os próximos dois números referem-se ao ano em que o PRODOC foi negociado e os três últimos números seguem uma ordem cronológica de todos os projetos assinados no corrente ano. Como exemplo, BRA/04/043: BRA, projeto do PNUD Brasil; 04, ano de 2004; e 043, o projeto de número 43 assinado nesse ano.

comparativa no tema. Se um projeto é aprovado pela Coordenação Geral do PNUD, significa que este Organismo é o mais estruturado e melhor preparado para colaborar em sua execução do que outros Organismos Internacionais ou da própria instituição executora geri-la sozinha.

O PNUD assinará projetos onde possui conhecimento técnico, através de pessoal e de experiências acumuladas, sendo a melhor maneira de contribuir para desenvolvimento do país. A partir do momento em que Organismos Internacionais não visam o lucro, eles promovem atividades que são capazes de exercer bem, ou seja, com vantagem comparativa.

Dessa forma, tudo que o PNUD faz tem contrapartida nacional, isto é, alguma instituição nacional deve se beneficiar dos trabalhos realizados por ele. O Programa segue, primeiramente, o Plano Nacional de Desenvolvimento, que são as prioridades nacionais, em seguida, segue as regras da própria ONU para, depois, executar apenas o que estiver descrito no Documento de Projeto (PRODOC), que foi assinado entre as partes, Governo Brasileiro (representado pela ABC), instituição executora e Organismo Internacional.

## 1 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DESDE O PRIMA DA TRI<sup>2</sup>

### 1.1 Institucionalismo

Vários são os autores contemporâneos<sup>3</sup> que trataram e tratam do tema da cooperação e vários são os questionamentos acerca da existência ou não desta solidariedade internacional. Peter Aléxis Gourevitch<sup>4</sup> respondeu a uma questão similar:

Como alcançamos cooperação internacional? Por duas maneiras: primeiro, pela convergência de objetivos políticos - acordos sobre a substância do que é buscado pelo comércio, segurança ou outras questões; segundo, pelo compromisso confiável das instituições que promovem as disputas políticas. (tradução nossa).

De acordo com este autor, a cooperação se resume nestas duas maneiras que acabam se convergindo na política de interesses que os atores possuem ao incentivar a cooperação e que só dará certo se as nações se acordarem dentro de um regime que irá controlar os benefícios e malefícios nas relações entre as partes.

Uma maneira de cooperar é através de instituições supranacionais que possuem o conhecimento e experiência nesta área próspera. As parcerias foram se desenvolvendo ao longo do tempo, com uma explosão principalmente depois da II Guerra Mundial. O próprio Gourevitch afirma que o contexto histórico deste período favoreceu a implementação de projetos de cooperação técnica internacional em boa parte do mundo, projetos realizados especialmente pelo Sistema ONU.

Assim sendo, foi decidido abordar o Institucionalismo do Robert Keohane como um dos marco teóricos desta monografia, em especial sua obra intitulada de *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Nesta obra, o autor aprofunda sua tese sobre o Institucionalismo Neoliberal, levantando questões sobre a cooperação internacional através das mais diversas instituições. A melhor maneira de haver um grau elevado de interdependência no sistema internacional é havendo um equilíbrio de poder entre as potências. Keohane afirma que uma hegemonia pode criar um regime internacional eficaz, mas várias hegemonias podem criar e manter um regime

<sup>2</sup> TRI = Teoria das Relações Internacionais.

<sup>3</sup> Podemos citar os seguintes autores: Peter Aléxis Gourevitch, Peter A. Hall, Rosemary C. R. Taylor, dentre outros.

<sup>4</sup> GOUREVITCH, Peter Aléxis. Squaring the circle: the domestic sources of international cooperation, p 350 a 373. "How do we get international cooperation? In two ways: first, through a convergence of policy objectives – agreements on the substance of what is sought in trade, security, or other issues; second, by credible commitment to institutions that manage policy disputes."

internacional igualmente eficaz.

A cooperação, segundo Keohane, só será possível se os Estados assumirem os custos iniciais, para colherem os benefícios no futuro, pois com certas regras já estipuladas, a cooperação entre os atores estará mais envolta por uma confiança mútua. Ela não é dependente do hegemon, caso as instituições já estejam bem estabelecidas.

As relações entre os atores, sujeitos de direito internacional, nas relações internacionais são sempre de coordenação, porque todos os Estados são soberanos, sustentando autonomia e não ingerência em assuntos internos dos outros países. Este é um costume já praticado no contexto atual, principalmente devido as ideologias independentistas no pós II Guerra Mundial.

No geral, os Institucionalistas acreditam que a cooperação deve ser encorajada, principalmente, pelas instituições. Isto implica numa cooperação com menor potencial, caso as instituições estejam ausentes. Contudo, não significa que a cooperação seja deixada de lado ou que deve continuar crescer. Estes teóricos são inclinados a enfatizar o crescimento da cooperação e uma autoridade supranacional, apenas para que suas teorias supram suas esperanças perdidas.

De acordo com Keohane<sup>5</sup>, “*potências hegemônicas podem colaborar para criar regimes internacionais, embora alguns críticos duvidam da necessidade do hegemon em formar regimes*”. Com estas palavras, o autor quis dizer que regimes de cooperação internacional não dependem necessariamente da existência de um hegemon e sim dos atores envolvidos com a política internacional. O hegemon colabora para que existam no cenário mundial interesses compartilhados, ao promover a cooperação e punições. Mesmo quando não há nenhum hegemon, tais interesses também podem ser mútuos, assim como as punições, dependendo se a situação for favorável.<sup>6</sup>

Dessa forma, incentivos para que seja formado um regime internacional e que exista cooperação mais aguçada entre os Estados, não depende do hegemon e sim de interesses comuns. Interesses que refletem os ganhos de todos ao conviver num cenário mais harmônico.<sup>7</sup>

Ainda em relação a esta teoria, dois autores posteriores à Keohane, Hall e Taylor<sup>8</sup> explicam que há três tipos de Institucionalismo, são eles:

- histórico;
- da escolha racional; e
- sociológico.

<sup>5</sup> KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**, p 66. “...*hegemonic powers may help to create international regimes, although some reasons were given there to doubt that hegemony was necessary for regime formation*”.

<sup>6</sup> KEOHANE, Robert, op. cit., p 78.

<sup>7</sup> Idem, p 79.

<sup>8</sup> HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. **As três versões do Neo-Institucionalismo**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>> acesso em 20 maio 2008.

Os teóricos do Institucionalismo Histórico, de modo geral, enfatizam as assimetrias de poder associadas ao funcionamento e ao desenvolvimento das instituições. Também tendem a formar uma concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajetórias, as situações críticas e as consequências imprevistas. Suas teorias buscam combinar explicações da contribuição das instituições à determinação de situações políticas com uma avaliação da contribuição de outros tipos de fatores (pp 194 a 202).

Os teóricos da Escolha Racional, em primeiro lugar, empregam características de pressupostos comportamentais. Em segundo, tendem a considerar a vida política como uma série de dilemas de ação coletiva. Em terceiro, enfatizam o papel da interação estratégica na determinação das situações políticas. Por tudo isso, os institucionalistas dessa escola desenvolveram um enfoque que lhe é própria, no tocante à explicação da origem das instituições. (p 202 a 207).

Em geral, os sociólogos institucionalistas escolheram uma problemática que envolve a explicação de por que as organizações adotam um conjunto de formas específicas procedimentos ou símbolos institucionais. Inúmeros teóricos concentram-se no modo como as instituições influenciam o comportamento ao fornecer esquemas cognitivos que são indispensáveis à ação, mesmo porque, sem eles, seria impossível interpretar o mundo e o comportamento dos outros atores. Estes sociólogos sustentam que, uma vez confrontado com uma situação, o indivíduo deve encontrar um meio de identificá-la e de reagir a ela, e que os cenários inerentes ao mundo da instituição lhe oferecem os meios de resolver uma e outra dessas tarefas (p 207 a 212).

Todas elas tratam, por ângulos diferentes, do papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos. Expõe-se e examina-se a gênese de cada uma dessas variantes do 'neo-institucionalismo', assim como o que distingue suas maneiras de tratar dos problemas sociais e políticos.<sup>9</sup>

O Institucionalismo é uma teoria que trabalha os pontos da cooperação e interdependência sob vários ângulos, tanto entre os Estados, quanto com as OIs, sociedade civil, e demais instituições. Hall e Taylor consideram que as instituições são atores fortes e atuantes, abrindo espaço, então, para a cooperação entre elas e ainda, que se não houver cooperação não há paz mundial.

## **1.2 Rousseau: relação entre indivíduo e Estado**

Neste sub capítulo, será analisado como o indivíduo em Rousseau pode ser relacionado com o Estado e como o Estado de Rousseau pode ser considerado como as instituições supranacionais. Por se

---

<sup>9</sup> HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. **As três versões do Neo-Institucionalismo**, p 224.



tratar de um clássico da Teoria Política Moderna, esta relação é essencial para compreender que a obra deste autor permanece atualizada.

Rousseau, de maneira geral, explica a melhor maneira para o indivíduo ser bom e viver em sociedade. Para tanto, ele precisa saber cooperar com os demais indivíduos e com o Estado, que é igualmente bom, pois busca a vontade geral<sup>10</sup>. A melhor bondade está naquele que busca a vontade geral e é o Estado que consegue alcançá-la com mais facilidade.

Suas obras são reflexo do contexto histórico que ele vivia, o século XVIII (o século das luzes), onde, nas teorias, o indivíduo se tornara racional e o Estado cada vez mais unificado. A maneira, então, para que isto aconteça pacificamente, é deixar com que cada parte, indivíduo e Estado, cumpram suas missões.

O Estado deve promover a segurança e o bem-estar social, enquanto o indivíduo aceita a superioridade do Estado a fim de poder viver numa sociedade mais estruturada e economicamente mais equilibrada.

Para Rousseau, uma maneira de resgatar o convívio da sociedade é fazer as pessoas participarem da política, o chamado democracia participativa, ou seja, eu participo pelo povo e não por mim, desejando fazer parte de uma coletividade. Esta concepção resgatou a moralidade social, incentivada pelas demais teorias que afloraram durante este século.

Toda política pública serve para tornar as pessoas felizes e a educação, segundo Rousseau, é um processo para isso. Por isso o Estado tem que ter preocupação com a educação e não deixar a responsabilidade com a Igreja. É necessário ter um ensino que eduque as crianças para uma vida pública.

Rousseau exemplifica esta teoria ao apresentar como os meninos devem ser educados. Eles, ainda criança, devem ser deixados com um mestre que irá responder todos os seus questionamentos, colocando valores rígidos e corretos. Dessa forma, quando crescer, o garoto não será corrompido pela sociedade cruel, pois sua moral já está definida.

Esse processo é importante para resgatar o que o ser humano tem de melhor. O homem nasce bom, a sociedade que o corrompe, mas se a educação for forte, a sociedade não o corromperá.

O debate da época era da fundamentalidade da razão, mas ele quer que, com o processo educativo, o homem perceba que existem emoções e isso é importante para o coletivo. O homem é naturalmente racional e emotivo. Essa emoção é positiva e é ela que transforma os homens em seres humanos de fato. O homem é bom, é um bom selvagem. Assim, se os Estados são feitos por indivíduos, então os Estados também são bons, possuem sentimentos. O governo é nada mais que o reflexo do povo.

O autor se questiona de onde vem a sociedade corrompida. E explica a origem da desigualdade entre os homens. Este início se deu quando a sociedade passou a priorizar mais o indivíduo

---

<sup>10</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix, p. 38.

ao coletivo. Ele fez uma crítica da sociedade moderna, mesmo tendo a convicção que não poderá contê-la.

Como a sociedade moderna não pode ser freada, ele busca meios para tornar o homem feliz dentro dela. O Estado é um desses meios. Nessa sociedade, havia (e ainda há) um crescente individualismo e isso deixaria o indivíduo perdido, então não poderia perder valores.

O Estado, mesmo formado por homens bons, ainda sim é indispensável, pois os homens não sabem qual é sua verdadeira natureza. Para Locke, a sociedade é o somatório dos indivíduos, já para Rousseau cada indivíduo tem a sua moral, mas os valores e a moral geral é que realmente dão base para o homem continuar um ser harmônico.

O medo de Rousseau era que a sociedade moderna se perdesse e chegasse numa era sem regulamentos, de individualismo exacerbado e de anomia, ou seja, viver sem regras, não importando o que os outros pensem.

Rousseau analisa os impactos causados pela propriedade privada na moral do indivíduo e em sua relação com o Estado. Segundo o autor, teoricamente, a propriedade privada promove diferenças e desigualdades, que, a princípio, não seria um problema grave, pois o homem é um ser bom. Entretanto, a propriedade passou a ser usada para gerar muita desigualdade e pobreza. A pobreza repercutirá em crises e estas, em conflitos mais intensos. Devido a este conflito, surge outra necessidade do Estado, que é regular a propriedade privada e lutar pela vontade geral.

A vontade geral está acima da vontade individual. O homem não sabe e não tem condições de saber qual é a vontade geral, por isso precisa do Estado para mostrá-lo e fazê-lo, de alguma forma, a se submeter a esta condição onde o todo se prevalece pelo uno.

As desigualdades sociais vão permanecer, mas elas devem ser limitadas, independente das vontades individuais. Rousseau trabalha para que ninguém seja tão pobre a ponto de invadir a propriedade do outro. Dessa forma, ele protege os ricos e os pobres. A cooperação e o multilateralismo são meios de limitar estas disparidades.

Em sua obra, Contrato Social, Rousseau detalha a sociedade ideal:

Povoi por igual o território, estendei por toda parte os mesmos direitos, levai a todos os lugares a vida e a abundância. É assim que o Estado se tomara a um tempo o mais forte e o melhor governado possível. Recordai-vos de que as muralhas da cidade se formam das ruínas das casas camponesas. Em cada palácio construído na Capital creio ver todo país transformado em ruínas.<sup>11</sup>

As decisões dos Estados não irão agradar a todos e podem até desagradar a maioria. O Estado não pretende atender a minoria, nem a maioria e nem busca legitimidade. Ele protege o bem comum, o

---

<sup>11</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo Cultrix, p 94

que é melhor para a coletividade. Através das leis, os Estados fazem os indivíduos perceberem que suas existências devem ao coletivo, não para o coletivo. Vontade geral é o bem coletivo que é diferente da somatória das vontades individuais.

Para exemplificar esta afirmação, Rousseau conta que a pessoa que pensa no bem comum é aquela que não fuma para não incomodar o outro e não porque é proibido. A lei, para ser efetiva, precisa ter este alcance. O autor é bem enfático ao dizer que quanto mais individualista o cidadão for, mais infeliz será. A lei resgata essa feição da natureza humana em viver numa sociedade feliz.

Ele destaca que em sociedades pequenas a democracia participativa realmente funciona, diferentemente das grandes cidades. Na cidade pequena existem preocupações de uns com os outros, o homem bom aparece, tem maior espírito coletivo.

Mesmo que os laços de comunidade se percam, o bem comum continuará sendo necessário. Por isso, quanto mais ampla for a sociedade, mais necessário é o Estado para implementar o bem comum. Da mesma maneira é a nível internacional, onde quando maior for o número de atores, melhor organizado o sistema mundial deverá estar, evitando assim, crises estruturais. A única diferença é que no cenário internacional não há necessidade de um ator supranacional para controlar o meio e sim de cooperação entre eles.

O próprio autor fala que:

Em primeiro lugar, a autoridade soberana é simples e indivisa, e não se pode reparti-la sem a destruir. Em segundo lugar, uma cidade, bem como uma nação, não pode ser legitimamente submetida a uma outra, porque a essência do corpo político está no acordo da obediência e da liberdade, e estes termos vassalo e soberano são correlações idênticas cuja idéia se reúne sob um único conceito: cidadão.<sup>12</sup>

Dessa forma, realmente, dentro da teoria rousseauiana, não há necessidade de uma instituição supra nacional, pois a soberania do Estado é essencial para manter relações pacíficas e benéficas entre as partes e, sobretudo, nenhuma nação pode se sobrepor às demais porque são todas, igualmente, nações. A cooperação aprimora a soberania e não a destrói.

Concluindo, Rousseau fala que não basta ser indivíduo, é preciso ser um indivíduo dentro da coletividade. Da mesma maneira, não basta ser Estado, precisa estar inserido dentro do sistema internacional e ainda cooperar.

Assim, nos identificamos com Rousseau dentre os demais marcos teóricos, pois através de suas idéias, é possível relacionar situações internas com o nível internacional e como a sociedade e a comunidade dos Estados se organizam para que haja benefícios mútuos e duradouros.

---

<sup>12</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo Cultrix, p 93.

## 2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

### 2.1 Organização das Nações Unidas

O que confere e caracteriza um Estado é sua soberania. A sociedade internacional é formada por Estados, Organismos Internacionais (OI's), Organizações não Governamentais (ONG's), multinacionais, indivíduos, etc.

As OI's quando são criadas pelos Estados é que passam a possuir personalidade jurídica própria. Sua personalidade jurídica é diferente de seus Estados-membros e elas servem para alcançar determinados fins e propósitos definidos pelo tratado de sua criação. Elas possuem órgãos encarregados para ajudar a executar seus objetivos.

Em 26 de junho de 1945, com o encerramento da Conferência das Nações Unidas em Organismo Internacional, foi assinada a Carta de São Francisco, passando a vigorar apenas em 25 de outubro do mesmo ano<sup>13</sup>. Esta Carta foi elaborada por 50 países, seguindo os princípios expostos abaixo:

- Igualdade;
- Boa fé;
- Solução pacífica de controvérsias;
- Abster-se de recorrer ao uso da força;
- Colaborar com que estes princípios existam;
- Universalidade, mesmo para os não membros;
- As NU não poderão intervir em assuntos nacionais.

Além dos princípios, a ONU também é acobertada por propósitos<sup>14</sup>, são eles:

- Manter a paz e a segurança internacionais;
- Desenvolver relações amistosas entre as nações;
- Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais;
- Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

Estes princípios e propósitos estão descritos nos artigos 1 e 2 da Carta da ONU.

<sup>13</sup> Disponível em < <http://www.un.org/aboutun/charter/intro.shtml> >, acesso em 17 dez 2008.

<sup>14</sup> Disponível em < <http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php> >, acesso em 09 jan 2009.

São artigos relevantes para a conduta dos Estados, mostrando como os atores internacionais devem agir dentro de um cenário global e interligado. Os demais artigos da Carta detalham os meios e procedimentos para os atores alcançarem este fim harmônico. Eles comungam os princípios de Direito Internacional Público nas relações internacionais.

A partir do momento em que todos os Estados assinaram o Tratado de São Francisco, eles se comprometeram com estes princípios e propósitos, ou seja, em colaborar com a manutenção da paz e segurança mundial acima de qualquer interesse próprio.

A ONU foi o primeiro Organismo Internacional verdadeiramente universal desde seu início. Mesmo com o Conselho de Segurança (CS) mais restrito, na Assembleia Geral (AG) cada Estado vale um voto. Os membros do CS podem vetar cooperação e até mesmo ajuda humanitária. Também podem vetar resoluções da AG. Eles possuem poder supremo dentro das Nações Unidas.

Na Assembleia Geral, os Estados podem discutir os mais variados temas, inclusive relacionados à paz e a segurança, exceto quando uma situação ou controvérsia estiver sendo debatida pelo Conselho de Segurança. Nesse órgão, os Estados podem realizar estudos, incentivar o diálogo, formular recomendações para fim de conflitos, controlar a execução dos acordos de tutela, eleger os dez membros não permanentes do CS e examinar e aprovar o orçamento das Nações Unidas.

Suas funções são bastante variadas e é principalmente a partir da AG que os demais órgãos internacionais do Sistema ONU são criados e regulamentados. A AG é um dos principais meios que o Estado tem para colocar suas opiniões e buscar aliados.

Já o Conselho de Segurança possui um número mais limitado de membros. Ao todo são quinze, onde cinco (China, EUA, França, Grã-Bretanha e Rússia) são permanentes e com poder de veto, enquanto os outros dez são não permanentes e sem veto. Estes poucos membros permanentes possuem seus próprios interesses, que podem impactar e barrar os demais.

Os membros não permanentes são rotativos, portanto, todos os membros da ONU podem, em algum momento, fazer parte do CS, mostrando que mesmo o órgão mais fechado possui certa universalidade. Desde o início a ONU se esforçou para ser um Organismo com características universais.

O que contribuiu bastante para alcançar a universalidade foi o processo de descolonização na Ásia e África. Este período marcou o pós-guerra, acompanhando e repercutindo a diminuição do poder europeu e crescimento do poder econômico, ideológico e militar dos EUA. Nas três primeiras décadas do pós-guerra, cerca de cem novos países

independentes ingressaram na ONU, atestando a mundialização do sistema.

Com a ONU, o mundo passou a reconhecer:

- direitos humanos: são direitos indivisíveis e universais;
- direitos civis e políticos: vida, liberdade, segurança, voto, etc;
- direitos econômicos, sociais e culturais (DESC): saúde, educação, moradia, etc;

O CS dividido ideologicamente é que separou os direitos humanos nestas três categorias supracitadas. De acordo com Renato Zerbini Leão, foi<sup>15</sup>:

Nesse contexto, formatava-se o cenário de discussões político-diplomático no seio da ONU, assim como construía-se o caminho do desenvolvimento, realização e aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que, juntos, compõe a Carta Internacional de Direitos Humanos.

As Nações Unidas deram relevância ao indivíduo, transformando-o num ator internacional, quando, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada, renovando, assim, o espírito de esperança que vinha desde a criação deste Organismo há três anos.

Esta Declaração foi criada quando os EUA e a ex-URSS estavam em guerra declarada e o mundo já estava praticamente dividido em duas partes. A era bipolar já tinha se iniciado. Mesmo assim, a Declaração Universal dos DDHH foi criada, mostrando que os Estados pensaram em proteger os interesses dos indivíduos acima de tudo.

A Carta da ONU e esta Declaração seguiam os princípios ideológicos divergentes dos Estados vencedores da II Guerra Mundial, no que diz respeito aos direitos humanos. Para os interesses dos EUA, foi incluído o tema discriminação racial, já para a URSS, a falta de liberdade e expressão política<sup>16</sup>.

Com a ONU, o indivíduo ganhou voz e se tornou um ator internacional, juntamente com os Estados, outras Organizações Internacionais, ONGs, empresas, blocos regionais, dentre outros.

A ONU também criou vários outros atores internacionais, em especial suas agências especializadas, como UNFPA, PNUD, PNUMA, UNICEF, UNESCO<sup>17</sup>. A

---

<sup>15</sup> LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. **Capítulo 1: Histórico dos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: o porque da divisão.** Os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais na América Latina e o Protocolo de San Salvador. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001, p 29-57, p 36.

<sup>16</sup> Ibidem, p 29-57 e p 43.

<sup>17</sup> UNFPA = Fundo de População das Nações Unidas, PNUMA = Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, UNICEF = Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNESCO = Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

sociedade internacional move os Estados, através do poder, economia, cultura, moral, ética, direito, informação, tecnologia, etc. Em todos estes campos a cooperação internacional está presente e as OIs foram os precursores desta cooperação.

Esta Organização é uma porta para o intercâmbio de conhecimento, através das OIs especializadas, pois elas são temáticas e promovem trabalhos substantivos sobre cada tema. Estas agências produzem diversos relatórios, tanto a nível internacional, nacional, municipal ou regional. Eles dão embasamento teórico e prático para os trabalhos das Nações Unidas.

Através da ONU, é possível transferir conhecimento e recursos humanos qualificado de muitos países para as regiões que precisarem. Ela deu maior base teórica à cooperação, ao realizar vários estudos sobre este tema. Encontra-se, como exemplo, Amartya Sen<sup>18</sup> e Sakiko Fukuda-Parr<sup>19</sup>, como autores reconhecidos em cooperação técnica.

A ONU trabalha em rede, um sistema inter-agencial, auxiliando que projetos nacionais também tenham a possibilidade de se repercutirem a nível internacional. Ela investe em integração, diálogos, discussões, pesquisas, estatísticas e dezenas de outras áreas.

As Nações Unidas já investiram largamente em Cooperação, divididos em Cooperação Política, Econômica e Técnica. Agora, devido à crescente demanda, vem investindo em Cooperação Sul Sul (uma modalidade de Cooperação Técnica Internacional).

Sua cooperação técnica, programas e projetos internacionais, no Brasil são trabalhados basicamente desta maneira: uma agência implementadora como OI, uma

---

<sup>18</sup> “Economista indiano (1933-). Prêmio Nobel de Economia de 1998, seus trabalhos teóricos contribuem para uma nova compreensão dos conceitos sobre miséria, fome, pobreza e bem-estar social. Amartya Kumar Sen nasce na cidade de Shantiniketan, em Bengala Ocidental. Em 1952 vai para a Inglaterra estudar economia na Universidade de Cambridge. De volta à Índia, dá conferências na Universidade de Jadavpur e torna-se professor da Escola de Economia de Delhi. Intensamente marcado pela fome que atinge seu país, aprofunda o estudo das economias dos países em desenvolvimento e as condições de vida das populações mais pobres do planeta. Em 1981 escreve seu livro mais conhecido, Pobres e Famintos: Um Ensaio sobre Direito e Privação. Analisando catástrofes na Índia, em Bangladesh, na Etiópia e no Saara Africano, Sen demonstra que até quando o suprimento de alimentos não é significativamente inferior que o de anos anteriores pode ocorrer privação e fome. Sua conclusão é que a escassez de comida não constitui a principal causa da fome, como acreditam os acadêmicos, e sim a falta de organização governamental para produzir e distribuir os alimentos. Depois de lecionar na Índia e nos Estados Unidos (EUA), Sen assume o cargo de professor titular do Trinity College, no Reino Unido, em 1988, e se torna o primeiro não britânico a ocupar a posição”. Disponível em <<http://www.algosobre.com.br/biografias/amartya-sen.html>> acesso em 27 out 2008.

<sup>19</sup> “Sakiko Fukuda-Parr is Professor of International Affairs at the New School. She is a development economist working in the multidisciplinary framework of capabilities and human development, and currently works on human rights and poverty, conflict prevention, and global technology. From 1995 to 2004, she was lead author and director of the UNDP Human Development Reports. A Japanese national, Sakiko received her BA from Cambridge University (UK), MALD from the Fletcher School of Law and Diplomacy (USA), and MA from the University of Sussex (UK). Her publications, in addition to the Human Development Reports, include: The Gene Revolution: GM Crops and Unequal Development; Readings in Human Development; Rethinking Technical Cooperation - Reforms for capacity building in Africa; Capacity for Development - Old Problems, New Solutions, and numerous papers and book chapters on issues of poverty, gender, human rights, technology. She founded and is editor of the Journal of Human Development, and is on the Editorial Board of Feminist Economics. She is also on the board of several NGOs that advocate human rights and technology for development”. Disponível em <<http://www.gpia.info/node/304>> acesso em 27 out 2008.

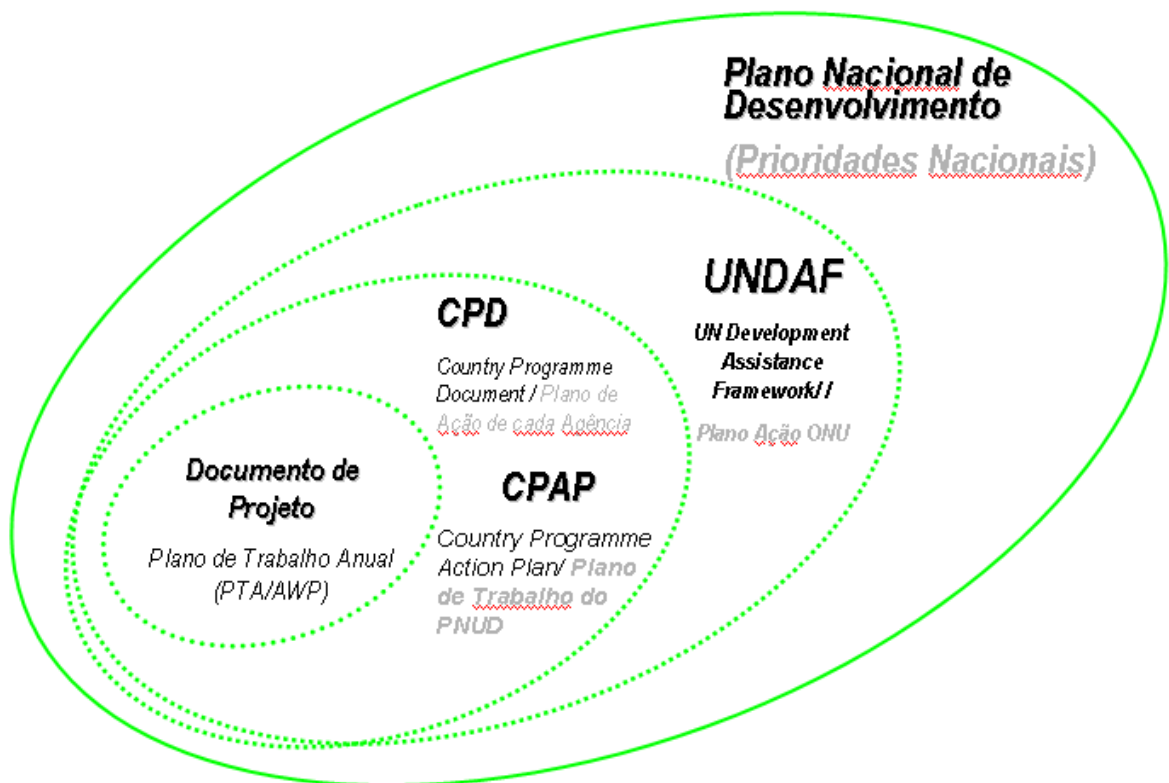
instituição nacional (majoritariamente do governo) como instituição executora e a ABC como o órgão brasileiro responsável para fiscalizar e regulamentar a CTI.

Algumas teorias da cooperação: desenvolvimento de capacidades, Cooperação Sul Sul, segurança cidadã, desenvolvimento humano, gênero/raça, HIV/AIDS, governança democrática, tecnologia da informação e comunicação, desenvolvimento sustentável/meio ambiente, pobreza, ODMs, dentre outros.

## 2.2 Reforma da ONU: possíveis impactos na CI

A ONU acordou com as nações que seus projetos sempre estarão de acordo com as Prioridades Nacionais. Hierarquicamente abaixo é que estarão as regras e princípios das Nações Unidas. Ainda, para que a instituição executora não fuja do objetivo inicial no ato da assinatura do projeto de cooperação técnica, ela estará limitada a executar apenas atividades que estejam previstas no Documento de Projeto (PRODOC). Vide figura abaixo.

Figura 1:



Para atender melhor seus parceiros, a ONU promove discussões para sua reforma. Desde sua



criação até a presente data, a ONU sempre esteve em reforma, por isso este é um tema que precisa ser relativizado, de acordo com a área em que será discutida. Para trabalhar Cooperação Sul Sul, o que precisa ser reformado na ONU é sua governança, o que passou a ser discutido em 1997, com o então Secretário Geral, Koff Anan.

Para estudar esta mudança, foi criado o UNDAF (*United Nations Development Assistance Framework*), para direcionar os trabalhos dos organismos internacionais. O UNDAF é o plano de ação da ONU que é atualizado, em média, a cada quatro anos. Em dezembro de 2005 o UNCT Brasil (*United Nations Country Teams*), concluiu o UNDAF, que passou a vigorar em março de 2007 com vigência até dezembro de 2011.

Dentro do UNDAF, são definidos o CPAP (*Country Programme Action Plan*<sup>20</sup>, engloba o Plano de Trabalho do PNUD) e CPD (*Country Programme Document*). O CPD é nada mais que o CPAP resumido. No site oficial do PNUD Brasil temos que:

Ao CPD, se junta o Programa de Ação para o País (*Country Programme Action Plan -CPAP*), um acordo entre o país e o PNUD para executar o CPD. O CPAP é elaborado a cada cinco anos e o último compreende 2007 a 2011. A partir dele, o PNUD elabora seu Plano Anual de Trabalho (*Annual Work Plan – AWP*). Ambos estão em fase de aprovação.

Dessa forma, estes documentos oferecem um norte para os Organismos trabalharem e desenvolverem *tool kits* (pacotes de idéias) para os parceiros. Toda e qualquer atividade executada pelo Organismo precisa estar de acordo com o que foi colocado no CPAP/CPD.

Também foi fundado o *Country Office*, que é o escritório da ONU no país que possui objetivo de ser o interlocutor entre todos os escritórios das agências. Dessa maneira, a ONU sempre terá coordenação separada das agências e não perderá a centralização do comando. O Representante Residente dos PNUDs acumula o cargo de Representante das Nações Unidas no país, portanto, o escritório do PNUD acumula, automaticamente, as funções de escritório da ONU no país.

É por isso que os funcionários do PNUD coordenam os eventos que levam o nome da ONU, como o “Nós Podemos”, “Levante-se e Faça a sua Parte”, “Prêmio ODM”, “Caminhada da Paz”, assim como visitas oficiais, como a vinda do Secretário Geral Ban Ki-moon ao Brasil em dezembro de 2007.

Na ONU, há certa duplicidade e falta de articulação. Várias agências especializadas trabalham o mesmo tema, além de não se interagirem e se complementarem. Isto causa uma impressão de que as agências são concorrentes. Uma forma de driblar esta questão seria a ONU trabalhar como um sistema e não como uma agência. Diz-se sistema em nível macro, ou seja, a mesma agência com suas dezenas de escritórios no mundo trabalhando em conjunto além de interagir com os outros organismos. O Secretariado

---

<sup>20</sup> Programa de Ação para o País.

Geral das Nações Unidas vem se esforçando para alcançar este resultado.

Um bom exemplo disso são os projetos de cooperação técnica do PNUD que promovem o desenvolvimento institucional e que, em algum momento, precisam construir algum edifício para alcançar tal resultado. Como o PNUD não trabalha com construção civil, pode ser firmado um acordo com o UNOPS (*United Nations Office for Project Services*) para realizar a construção, mas sob o âmbito do mesmo projeto. Trabalhar em sistema é agregamento de valor, pois como rede mundial, o conhecimento é mais amplo e diversificado.

Quanto maior a rede, maior é a cooperação que a ONU pode oferecer aos parceiros nacionais, assim como o Brasil precisa para incentivar ainda mais a cooperação nos países do hemisfério sul. Da mesma maneira, quanto maior a rede, melhor a ONU atenderá a seus objetivos finais, que é promover a cooperação, paz e harmonia entre os Estados e demais atores internacionais.

Esta reforma pretende ser implementada de forma flexível, de acordo com o que já está proposto no *United Nations Development Group* (UNDG). O objetivo do UNDG é, de acordo com seu site oficial<sup>21</sup>:

Criado pelo Secretário-Geral, em 1997, o UNDG estabelece um sistema amplo de orientação para coordenar, harmonizar e alinhar às atividades de desenvolvimento da ONU. O grupo reforça o sistema de desenvolvimento das Nações Unidas em nível de país, a prepara para satisfazer os futuros desafios e garante que as operações sejam realizadas em conformidade com os mandatos dos órgãos superiores da ONU, como a Assembleia Geral. (tradução nossa).

A partir daí, a ONU materializou o desejo de unificar as orientações e se transformar num Organismo universal não apenas por incorporar praticamente todos os Estados, mas por trabalhar de maneira integrada e complementadora.

O Brasil vem intensificando sua política externa para adquirir o maior número de aliados possíveis dentro das Nações Unidas. Esta é outra finalidade deste governo ter o PNUD como parceiro para promover Sul Sul, pois o PNUD encabeça a coordenação da ONU também.

Quanto mais política exterior o Brasil promover, mais visibilidade ele terá. Este é o momento oportuno que o país tem para instigar maiores discussões da reforma da ONU, pois é o momento onde o Brasil está no auge de sua cooperação externa e ainda é bem visto pelos demais países. “O carisma do presidente (Lula), identificado ao *brazilian way of act* internacionalmente reconhecido, parece haver sintetizado em sua figura simples as características que o mundo admira no Brasil”<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> “Established by the Secretary-General in 1997, the UNDG designs system-wide guidance to coordinate, harmonize and align UN development activities. The group strengthens the UN development system at the country level, prepares it to meet future challenges and ensures that operations are conducted in accordance with mandates from UN governing bodies such as the General Assembly”. Disponível em <<http://www.undg.org/index.cfm?P=2>>, acesso em 28 out 2008.

<sup>22</sup> Revista âmbito jurídico. Em busca do protagonismo: a nova inserção brasileira no panorama internacional. Disponível em <<http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/646.pdf>>, acesso em 04 dez 2008, p 3.

O Brasil já alcançou uma posição de destaque no G-20<sup>23</sup>, facilitando ainda mais seu diálogo com as nações hegemônicas, em especial com os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que também fazem parte do G-20.

A Reforma da ONU está mais voltada para uma maior presença de países do antigo terceiro mundo para o centro das decisões mundiais. É de extremo interesse do Governo Brasileiro que estas idéias que circulam nas discussões da Reforma sejam concretizadas, pois nosso país tem grandes chances de ser um dos primeiros a se beneficiar.

Assim como a Cooperação Sul Sul é um forte tema em discussão dentro da ONU, pois com maior ênfase aos Estados do Sul, maior é a cooperação que eles podem oferecer a seus economicamente semelhantes. Quanto mais forte o Brasil estiver dentro do Organismo, maior será seu poder de barganha em busca de parceiros para promover cooperação internacional, em especial a técnica.

### 2.3 PNUD: mudanças internas

O PNUD foi fundado em 1965 com a fusão de duas agências internacionais, EPTA (*Expanded Program of Technical Assistance*, 1974) e a UNSP (*United Nations Special Fund*, 1958). Este Organismo ganhou tanta importância para as Nações Unidas que hoje é o órgão deste sistema que possui mais escritórios pelo mundo.

O Programa lançou suas bases no Brasil em 1966, pelo Acordo Básico de Assistência Técnica, que embasa a prestação da cooperação técnica pelas Nações Unidas no Brasil, mas apenas no início da década de 1990 é que o PNUD, em parceria com o Governo brasileiro, deu início a financiamentos e gerenciamentos de programas de desenvolvimento, foi uma iniciativa inovadora. O co-financiamento de recursos (*cost-sharing*<sup>24</sup>) pelo governo praticamente substituiu a doação internacional de recursos, fazendo com que o Governo brasileiro seja, até hoje, o maior parceiro do PNUD Brasil, conforme tabela abaixo<sup>25</sup>.

**Tabela 1:**

<b>Fontes de recursos do PNUD Brasil com contribuições acima de US\$ 100 mil (2008)</b>	
Governo do Brasil	US\$ 105.547.680

<sup>23</sup> O G-20 é um grupo de 19 países financeiramente importante, mais a União Européia. Seus membros são os Ministros de Finanças e os Presidentes de Bancos Centrais dos países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. A União Européia também é membro, representada pela presidência rotativa do Conselho e pelo Banco Central Europeu.

<sup>24</sup> *Programme Cost-Sharing* são rendimentos de eventuais aplicações financeiras dos recursos de contrapartida nacional reinvestidos, por determinação do Governo brasileiro, em programas de cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento.

<sup>25</sup> Disponível em <<http://www.pnud.org.br/pnud/>>, acessado em 19 fevereiro 2009.

Banco Mundial (BIRD)	US\$ 18.910.737
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	US\$ 13.841.356
Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal	US\$ 3.831.020
Governo da Noruega	US\$ 3.642.987
Fundo Global do Meio-Ambiente (GEF)	US\$ 2.912.110
Setor Privado	US\$ 300.071
KfW Entwicklungsbank (recursos do governo alemão)	US\$ 254.179
Fundo Fiduciário de Governança Democrática (DGTTF)	US\$ 152.485
Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento	US\$ 140.532

Fonte: <http://www.pnud.org.br/pnud/>

No Brasil, além do Governo brasileiro, o PNUD possui diversos outros parceiros, distribuídos no setor privado, governos estaduais, municipais, ONGs, outros Estados, dentre outros, além de programas inter agenciais (entre as agências do Sistema ONU). Como exemplo de cada parceria, podemos citar os projetos:

- Setor privado: BRA/06/014 - Programa de Desenvolvimento de uma Rede de Pequenas e Médias Empresas Turísticas na Estrada Real, onde a instituição executora é o Instituto Estrada Real e FIEMG<sup>26</sup>;

- Governo Estadual: BRA/03/008 - Regionalização Administrativa e Descentralização do Processo de Desenvolvimento de Santa Catarina, onde a instituição executora é a Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina;

- Governos Municipais: BRA/01/032 - Desenvolvimento Humano e Sustentável na Cidade do Recife e Região, onde a instituição executora é a Prefeitura do Recife;

- ONGs: BRA/07/003 - SESI Indústria Saudável, onde a instituição executora é o próprio SESI<sup>27</sup>;

- Outros Estados: BRA/04/043 - Implementação de Programas e Projetos de CTPD e BRA/04/044 - Implementação de Projetos e Atividades de CTPD com a América Latina, África e CPLP, onde a instituição executora é a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores;

- Inter Agenciais: são projetos onde mais de um Organismo Internacional promove. Neste caso, a Coordenação da ONU sempre está envolvida. A idéia é transformar o Sistema

<sup>26</sup> Juntamente com o Instituto Estrada Real, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), órgão público, também é instituição executora deste projeto. O setor privado não pode promover um projeto de cooperação técnica internacional com Organismo Internacional isoladamente, é proibido, de acordo com as regras estipuladas pela ABC.

<sup>27</sup> Serviço Social da Indústria.

ONU numa rede cada vez mais unida para viabilizar maior apoio aos demais parceiros. A Coordenação da ONU possui orçamento separado do PNUD, mesmo pertencendo a escritórios juntos.

O PNUD Brasil vem passando por diversas mudanças de metodologia e sistemas, no qual, em janeiro de 2008, se iniciou a maior delas. A sede do PNUD no Brasil era a única no mundo a utilizar o sistema SAP para realizar pagamentos, requisições de compra, relatórios financeiros e para monitoramento geral de projetos, ao mesmo tempo em que todos os outros escritórios do PNUD no mundo usavam o sistema Atlas para as mesmas funções. Enquanto o PNUD Brasil ainda possuía características da clássica cooperação técnica internacional, com grande apoio nas compras dos Projetos e não no seu real gerenciamento e monitoramento, as outras sedes já estavam implementando a mudança do paradigma, colaborando para a maior contribuição que um Organismo Internacional pode fornecer, ou seja, *know how* melhor traduzido como “conhecimento” (exceto países muito desestruturados, que ainda necessitam da cooperação técnica tradicional).

Chefiada pela Representante Residente, a Embaixadora vietnamita Kim Bolduc desde maio de 2006, a mudança interna tomou fôlego. Foram cortados gastos, a sede em Brasília mudou de endereço, os escritórios regionais foram fechados (exceto o escritório em Salvador, que teve sua equipe reduzida para um funcionário), a taxa de recuperação de custos cobrada aos projetos aumentou no valor máximo permitido pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC (5% pelo total gasto) e, finalmente, o sistema Atlas foi implantado, em janeiro de 2008, materializando a nova metodologia do PNUD mundial. O ano de 2008 foi um ano de transição, para que os parceiros se acostumem com esta nova metodologia, não afetando, de forma alguma, na execução dos projetos que já aceitaram a mudança. As negociações com os parceiros começaram no primeiro semestre de 2007.

As razões para a mudança de metodologia são as seguintes:

- Demanda à cooperação internacional por uma abordagem de gestão baseada em resultados para as ações de desenvolvimento;
- Volta ao Desenvolvimento como forma de reorganizar e concentrar os esforços do PNUD na região da América Latina. Fortalecer os serviços de consultoria e “*advocacy*”, bem como clareza no valor agregado das operações do organismo;
- Preocupação da Sede do PNUD com o fortalecimento da transparência das ações e maior clareza para os níveis de responsabilidade dos Escritórios locais;
- Integração ao sistema PNUD utilizado em todos seus escritórios.

Esta mudança de metodologia é significativa para fortalecer ainda mais a universalidade do PNUD e que o trabalho em rede que o Organismo tanto prega seja

realmente instalado e seja um produto vantajoso para ser utilizado pelos parceiros brasileiros.

As parcerias do PNUD são, principalmente, estabelecidas por projetos de cooperação técnica internacional. Até a data de 16 de maio de 2008, o PNUD possui exatos 165 projetos em andamento, conforme informações colhidas na Intranet da sede mundial do Programa em Nova Iorque<sup>28</sup>. Abaixo, tabela com o ano e o número de projetos vigentes. 2004 é o terceiro maior ano em número de projetos vigentes:

**Tabela 2**

1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1	1	1	1	6	8	12	21
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
16	6	11	18	24	17	11	2

Fonte: elaboração própria.

Entretanto, as negociações ocorrem a todo o momento, projetos são encerrados enquanto outros se iniciam. O PNUD, por ser um Programa da ONU com um mandato bastante robusto, ou seja, voltado para a promoção do desenvolvimento, mantém relação com diversas áreas temáticas da sociedade.

Além disso, a marca PNUD é bem reconhecida e seu histórico favorece sua relação com seus parceiros, tanto antigos quanto novos. Este Organismo Internacional foi escolhido para ser analisado por possuir caráter multidisciplinar e por englobar tanto projetos com projeção municipal, quanto projetos com projeção mundial.

De acordo com a Portaria 555 da ABC, publicada no dia 16 de outubro de 2008, sem julgar a fundo sua eficiência para a cooperação, a Agência Brasileira de Cooperação formaliza o que já vinha acontecendo desde 1994<sup>29</sup>, ou seja, o governo brasileiro realizará, a partir desta data, Cooperação Sul Sul em parceria com o PNUD.

Dos cinco projetos com maior orçamento no PNUD, três deles são do ano de 2004 e o BRA/04/044 é o terceiro maior<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> Disponível em <http://atlas-snapshot.undp.org/?report=projects&unit=BRA>, acesso em 16 maio 2008.

<sup>29</sup> 1994 foi o ano em que se iniciou o primeiro projeto de CSS do Brasil, entre a ABC e PNUD. É o projeto BRA/94/017 - Programa de Cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Este projeto foi substituído pelo BRA/04/044, vigente até 2012.

<sup>30</sup> Conforme tabela retirada do [http://atlas-snapshot.undp.org/index.cfm?report=financial\\_summary&unit=BRA&output=excel](http://atlas-snapshot.undp.org/index.cfm?report=financial_summary&unit=BRA&output=excel), acesso em 05 junho 2008, liberado apenas para a equipe interna do PNUD.

**Tabela 3**

Project	Budget em 2008 (milhões de US\$)
<b>BRA/04/029 - Security for Citizenship</b>	<b>25,103</b>
BRA/99/025-AGROEXT DA AMAZONIA	21,182
<b>BRA/04/044 - CTPD – ABC</b>	<b>19,884</b>
<b>BRA/04/049 - Education for XXI</b>	<b>18,542</b>
BRA/03/038 Modernization Adm W	18,316

Fonte: elaboração própria

O PNUD e demais agências, programas e fundos da ONU, não consideram que sua atuação seja apenas para promover agilidade, mas, principalmente, para promover conhecimento e, no caso dele, desenvolvimento das capacidades institucionais.

O Programa tratado neste trabalho, possui recursos divididos em duas fontes distintas. De acordo com Klingebiel<sup>31</sup> elas são denominadas de regulares e não regulares.

Os recursos regulares são disponibilizados pelos países de maneira voluntária e não estão sujeitos a nenhuma restrição específica à sua utilização por parte dos países doadores. (...) Por sua vez, os recursos não regulares estão sujeitos a certas condições e restrições em relação a sua utilização, de acordo com as prioridades definidas pelos países que contribuem com recursos não regulares.

O investimento externo direto para países pobres não é, necessariamente, um investimento para seu desenvolvimento e sim uma ajuda com financiamento em projetos sociais que amenizam as instituições desestruturadas destes países.

A partir da década de 90, houve uma redução de recursos regulares e, paralelamente a isso, uma mudança no ambiente da ajuda internacional ao desenvolvimento. Consequentemente, a ajuda ao desenvolvimento começou a deixar de ser vista como uma obrigação dos países ricos e um direito dos países pobres para outros de interesse. Essa mudança afeta não só os recursos regulares, como também os recursos não regulares do PNUD.

Faz também com que haja uma pressão para a mudança da organização, no intuito de enfatizar os resultados e a efetividade de suas atividades. Sobretudo significa que manter um acordo com as Nações Unidas, as instituições executoras vão, aos poucos, compreendendo que seus projetos devem estar comprometido com os direitos humanos, sendo uma parceria substantiva e operacional ao mesmo tempo.

<sup>31</sup> MACHADO, João Guilherme Rocha. **O desenvolvimento econômico e as Nações Unidas: uma análise da atuação do PNUD no Brasil**. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Economia Política, PUC/SP, 2007.

Assim, as agências especializadas em CTI passaram a se sustentar principalmente através da taxa de recuperação de custos, ou seja, os 5% do total gasto pelos projetos. Os *Countries Offices* não graduados também continuam recebendo recursos da sede, como no caso do PNUD Brasil.

O PNUD possui projetos estratégicos em diversas áreas, conforme listagem a seguir, mas eles não são do conhecimento do público no geral da parceria essencial que este Organismo tem com o Governo Brasileiro para implementar e executar tantos projetos. Temos como exemplo o Programa Bolsa Família, que é um projeto PNUD, mas apenas divulgado como projeto do Governo Federal.

Os projetos PNUD alcançam, principalmente, os seguintes resultados, não limitados à esta listagem:

1. Fortalecimento Institucional e Governança:

- Gestão Pública: parceria público-privado, gestão fiscal e financeira;
- Tecnologia da Informação: desenvolvimento de tecnologia pública:, como SIGOB, FOSS (free open source software), etc;
- Estatística e Pesquisa: pesquisas nacionais, avaliações, desenvolvimento de indicadores e análises de estatísticas;
- Desenvolvimento de Capacidades (tanto capacidades institucionais, quanto de pessoal): gestão social, desenvolvimento local.

2. Reforma do Setor de Justiça e Segurança (o PNUD Brasil adotou a metodologia Segurança Cidadã, baseado na experiência de sucesso do PNUD Colômbia.):

- Acesso à justiça: justiça restaurativa, justiça comunitária, observatório nacional de justiça, Sistema de Informação Nacional de Defensoria Pública;
- Segurança Cidadã: Conferência Nacional de Segurança Cidadã, estudos de vitimização, desarmamento e controle de armas, planos de segurança local;
- Sistema Prisional: estudos comparativos, sistemas de gestão;
- Direitos Humanos: treinamento policial, Conferência Nacional, programas compensatórios.

3. Vulnerabilidade e Redução da Pobreza:

- Programas de Transferência de Recursos: avaliação de impacto, sistema unificado de registro, sistema de informação, criação de empregos;
- Programas Educacionais: foco em minorias, jovens e população vulneráveis, educação vocacional, inclusão digital, treinamento de professores, ProJovem;



- Saúde: saúde indígena, saúde suplementar, Sistema Único de Saúde, saúde na indústria, saúde digital;
- Esportes para o Desenvolvimento: fortalecimento da sociedade civil, rede de trabalho (network);
- Cultura: promoção da cultura, inclusão de jovens e idosos.

#### 4. Cooperação Sul Sul:

- agricultura, segurança alimentar, treinamento de professores, treinamento vocacional, saúde pública, programas de imunização, programas de transferência de recursos, documentos civis, dentre outros.

#### 5. Meio Ambiente e Desenvolvimento (conciliar desenvolvimento e conservação ambiental):

- mitigação: eficiência energética, inventário e MDL (mecanismos de desenvolvimento limpo), desmatamento, saneamento e resíduos sólidos, eliminação de GEE (gases do efeito estufa);
- vulnerabilidade e adaptação: populações tradicionais, inclusão produtiva, áreas protegidas, segurança alimentar, uso sustentável;
- projetos transversais: biocombustível, neutralização de carbono, monitoramento por satélite, ODM 7 (garantir a sustentabilidade ambiental), reservas extrativistas, controle do desmatamento.

Com tantos temas trabalhado pelo PNUD através de seus projetos com as diversas instituições nacionais executoras, é possível facilmente vislumbrar, sem entrar na análise de mérito se é alcançado ou não, o quanto o Organismo está presente para alcançar as prioridades nacionais, dentre elas a política externa de Sul Sul..

O PNUD está muito atento, também, em grandes parcerias em nível do Estado e demais instituições de peso, pois, caso a sede ou o próprio Governo Federal estabeleçam que o Organismo se gradue (independizar-se economicamente), ele já estará caminhando com suas próprias pernas e se sustentando com seus próprios recursos.

Os 5% que o PNUD recebe de tudo que é executado pelos projetos NEX precisam cobrir todos os gastos do escritório. Assim, ele estará pronto para a graduação, ou seja, pronto para sua independência quanto à sede mundial em Nova York.

Graduar significa se tornar um país NCC (*Net Contributing Country*), onde a

Unidade de Programa do PNUD possui arrecadação de fundos alta, chegando a quase cinco milhões por ano. O Programa graduará não por ter recursos disponíveis, mas principalmente, pela vontade política do Presidente da República. Um bom exemplo disso é o PNUD graduado do Chile, onde o governo ditou inclusive o número de funcionários que o escritório poderá ter. Existem casos onde o Estado se torna NCC, mas distintas variáveis podem fazer com que a situação fique tão insustentável financeiramente, que a sede do Organismo vê-se obrigado a enviar fundos novamente, como o caso do PNUD Argentina.

## 2.4 Cooperação Política e Econômica Internacional

A Cooperação Internacional (CI) é a fonte de criação de importantes atores internacionais, como a ONU. Os Estados cooperam em prol de um cenário internacional harmônico e pacífico.

Sempre haverá cooperação internacional, independente do sistema internacional vigente, ou seja, nos sistemas unipolar, bipolar ou multipolar. A diferença é no nível de cooperação, sendo alta no sistema multipolar e baixa no unipolar. É importante enfatizar que o sistema atual é multipolar.

Para que a CI seja bem estruturada ela precisa ultrapassar quatro problemas, que são gerados pela falta de liderança e capacidade dos atores internacionais em cooperarem:

1. não têm liderança global, portanto há falta de um hegemon;
2. falta de financiamento global. É necessário apenas 1% do PIB dos países ricos para acabar com a pobreza no mundo<sup>32</sup>. A tecnologia deve ser usada para o desenvolvimento global, só não existe vontade política para isso, pois dinheiro há e conhecimento também;
3. falta de conexão entre o saber político e científico;
4. o G-8 faz pouco caso das instituições internacionais que promovem a CI, ele só fala que elas não cumprem sua missão.

Com a derrocada da crise mundial em 2008, o G-8 se abriu e passou a dar mais valor para o G-20. Devido a tudo isso, o G-20 está cada vez mais fortalecido e participativo dentro das discussões internacionais. A instituição que regulamenta o Sistema Monetário Internacional é o G-8, mas o G-20 é convidado para participar de quase todas as reuniões,

---

<sup>32</sup> PNUD. **Projeto do Milênio das Nações Unidas 2005 - Investindo no Desenvolvimento: Um Plano Prático para Atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/milenio/arquivos/ResumodoProjeto.pdf>>, acesso em 05 dez 2008, p 6.

ganhando, além do status, mais responsabilidade.

Este fato comprova que o multilateralismo é crescente e indispensável para comandar o planeta. A liderança é compartilhada, pois nenhum Estado possui poder absoluto sobre todos os demais.

Dessa forma, os quatro problemas da cooperação internacional estão, progressivamente, sendo solucionados por um equilíbrio de poder legitimado e que realmente funciona. A cooperação internacional caminha para um período de maior solução de problemas, onde não apenas os Estados cooperam, mas outros atores internacionais também.

A crise mundial de 2008 foi mais um fato que abalou a Teoria do Institucionalismo Neoliberal, pois novamente o Estado vem intervindo para salvar a economia e grandes empresas. Mesmo que algumas já faliram, o Estado ainda interviu em outras.

Os países que possuem mais recursos energéticos e alimentícios foram menos afetados, a princípio, por esta crise. A crise ainda não chegou ao fim, mas ela começou e atacou primeiro nos países do primeiro mundo.

O Institucionalismo Neoliberal prevê que algumas instituições organizem o mercado e o Estado é uma destas instituições, assim como OIs, basta que sejam instituições reconhecidas pela comunidade internacional.

E para que haja maior organização, o ideal é cooperar, os ganhos são maiores que as perdas, pois o planeta é único. A cooperação internacional existe, é benéfica e colabora para uma maior harmonia entre os Estados.

## 2.5 Cooperação Técnica Internacional

A Cooperação técnica iniciou quando os Estados desenvolvidos decidiram apoiar os em desenvolvimento, criando, na Conferência de Bretton Woods de 1964, o Bando Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Auxiliando no crescimento do mundo como um todo.

De acordo com uma publicação do MRE/ABC de 2004<sup>33</sup>, CTI:

[...] pode ser caracterizada como uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico, seja para sanar e/ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, seja para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento.

<sup>33</sup> MRE/ABC. **Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral**. Brasília: ABC, 2ª ed., 2004, p 7.

Assim, a CTI não pode se estender muito e caso isto aconteça, significa que ela não está cumprindo sua função, ou seja, ajudar o parceiro a caminhar com suas próprias pernas. O que temos visto até hoje é que as agências especializadas em CTI têm estadia quase que permanente no país, pois, com o tempo, estes projetos passaram a acumular outras finalidades, como agilidade na execução dos objetivos esperados pela instituição executora.

De acordo com a resolução número 200, de 1948 da Assembléia Geral, a CTI foi criada para:

1. transferência não comercial de técnicas e conhecimentos;
2. desnível quanto ao desenvolvimento alcançado por receptor e prestador;
3. execução de projetos em conjunto, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas.

Desde o início a CTI fugiu de seus objetivos finais. Ela foi instituída pela ONU, mas para atender os interesses das potências do pós II Guerra Mundial, EUA e ex-URSS, para formar alianças políticas e econômicas, além de ser um meio para agilizar a reconstrução das nações amigas, como Europa e depois o Japão.

Os orçamentos destinados a esta cooperação sempre foram milionários, sendo o grande contribuidor para o re-desenvolvimento dos Estados do Norte e por formar uma elite, muitas vezes, corrupta, em nações africanas, na Ásia e América Latina.

O Brasil buscou a cooperação técnica a partir dos anos sessenta, pois encontrou nela um meio de aprender o que os países ricos fizeram para desenvolverem e aplicar aqui. Devido a esta discrepância entre as economias mundiais, o que o Brasil mais pretendia com a CTI era enriquecer-se.

Não apenas com o poder da nação, o Governo do Brasil também se preocupou com a sociedade, ao encontrar, nesta cooperação, meios de “preparar o homem para o domínio do conhecimento inerente ao controle do processo produtivo”<sup>34</sup>. Dessa forma, ao fortalecer o indivíduo, fortalecem-se automaticamente as instituições estatais.

Antes de mais nada, para que se tenha um projeto de cooperação técnica internacional é necessário que seja justificável o repasse de recursos pelo Governo Federal ou por qualquer outra instância, incluindo doações de Estados desenvolvidos e Organismos Internacionais, como o BID e BIRD. Depois de justificar sua existência, as partes definem o

---

<sup>34</sup> CERVO, Amado Luiz. **Socializando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil**. Ver. Brás. Polít. Int., Brasília, 1994. 37 (1): 37-63. Disponível em <<http://ftp.unb.br/pub/download/ipr/rel/rbpi/1994/115.pdf>> Acesso em 28 abr 2008, p 37.

foco de atuação, escrevem o PRODOC e já estão aptos a iniciar a execução.

Ao final da implementação, o projeto precisa ser devidamente encerrado, com a devolução de recursos que não foram gastos e sua avaliação final. O encerramento não é rápido e nem automático, ele também demanda trabalho por parte da ABC, Organismo Internacional e Instituição executora. Em média, os projetos gastam quase um ano para ficarem definitivamente encerrados (*closed*), neste período, são considerados com *status* de em encerramento (*closing*).

CTI, apesar de possuir um conceito definido, sua aplicação não é e cada Estado a define seguindo concepções históricas que a própria cooperação representou. Para o Brasil, ela tem como base três elementos<sup>35</sup>:

1. quanto ao significado político. A cooperação era utilizada para refletir de forma sintética a essência da política exterior;
2. quanto aos fins econômicos. Não se tratava de superar o subdesenvolvimento, mas de atingir o pleno desenvolvimento;
3. quanto ao *modus faciendi*. A cooperação pragmática era uma cooperação desideologizada, até mesmo despolitizada, que explorava oportunidades com realismo, que criava alternativas diante de obstáculos.

A única maneira de alcançar o desenvolvimento do país é fazer com que seus órgãos públicos consigam implementar atividades sozinhos e ainda mais eficientes. Isto é o real significado de sustentabilidade. Dessa forma, projeto de CTI não visa solucionar o problema, mas sim, capacitar o órgão para que ele o solucione.

Esta idéia foi se expandindo e se concretizado. Assim, em 1970, com a Resolução número 2688 da Assembléia Geral, os países chegaram no consenso de que não necessariamente precisa haver recursos e atores desiguais para ter cooperação. A partir daí, deixou de existir a assistência técnica para cooperação técnica e o PNUD, criado no ano de 1965, recebeu o mandato de fortalecer as instituições dos Estados para eles passarem também a cooperar.

Esta resolução foi um salto conceitual para a CTI. Ao conseguirem cooperar com o Norte, progressivamente foi crescendo, também a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, a chamada Cooperação Sul Sul ou Horizontal.

Mesmo crescente e com grande participação do Brasil nas discussões internacionais

---

<sup>35</sup> CERVO, Amado Luiz. **Socializando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil**. Ver. Brás. Polít. Int., Brasília, 1994. 37 (1): 37-63. Disponível em <<http://ftp.unb.br/pub/download/ipr/rel/rbpi/1994/115.pdf>> Acesso em 28 abr 2008, p 41 e 42.

sobre CTI, não existia, aqui, um órgão específico para tratar deste assunto. Alguns órgãos acumularam estas funções, como o DCT, Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores; a SUBIN, Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, da Presidência da República; a FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos; e por último o CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Tanto a SUBIN quanto o DCT foram extintos depois da criação da ABC em 1987, órgão autônomo, mas dentro do MRE. A ABC, assim, ficou responsável por toda a cooperação técnica brasileira, tanto recebida, quanto prestada e tanto bilateral, quanto multilateral.

Para a ABC<sup>36</sup>, o conhecimento técnico é assimilado por três maneiras primordiais:

1. consultoria especializada;
2. treinamento de recursos humanos; e
3. aquisição de equipamentos e outros insumos necessários para o alcance dos objetivos do projeto.

Nesta publicação da ABC, é montado um interessante roteiro para verificação de enquadramento de proposta de projetos, detalhando desde a idéia do projeto, se é plausível ou não implementá-lo através de CTI, até seu monitoramento e avaliação final. Os projetos passam por vários passos e são bem complexos, mas se estiverem bem formulados, as instituições executoras dificilmente sairão do foco. Daí vem a rigorosidade de detalhes nestes projetos.

Esta é a grande diferença dos projetos de cooperação técnica prestada, pois eles são formulados por instituições estrangeiras que não conhecem a fundo os gargalos do país recipiendário, portanto, não são propriamente escritos.

## 2.6 Cooperação Sul Sul

A Cooperação Sul Sul (CSS) surgiu antes mesmo de ganhar este nome. Ela é mais que um tipo de cooperação técnica internacional, ela pode ser também qualquer cooperação entre países que almejam ser economicamente e politicamente bem estruturados.

A descolonização acelerada no pós II-Guerra Mundial e a divisão do mundo em dois lados, capitalista e socialista, foi o começo da integração entre as nações do Sul que, não desejando fazer parte de nenhum lado, se reuniram no Grupo dos Não Alinhados.

---

<sup>36</sup> MRE/ABC. **Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral**. Brasília: ABC, 2ª ed., 2004, p 9.

As pretensões deste grupo eram ambiciosas. Eles tinham plena consciência de que, por mais que sejam soberanos, ainda dependiam dos países ricos para manter o superávit interno e eles definiram como as nações desenvolvidas os ajudariam. Entretanto, este grupo estava demasiadamente empolgado com o contexto e simplesmente não consideraram que os países do Norte tivessem a livre escolha de, simplesmente não ajudar, ou ajudar do jeito que quiserem. O grupo dos Não Alinhados também não pensou na possibilidade de se colaborarem<sup>37</sup>.

Foram criados vários outros grupos entre os países do hemisfério sul, tanto grupos políticos, como o G-77 e G-20<sup>38</sup>; blocos comerciais, como o Mercosul; e com características mistas, tendo a ASEAN<sup>39</sup> como exemplo. Todos permanecem ativos até hoje, mas a maioria não envolvem tanto os Estados como na época da criação.

No Brasil a CSS cresceu, principalmente a partir do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que passa a promover uma relação mais estreita com os países do hemisfério Sul. De acordo com artigo publicado na Revista Âmbito Jurídico<sup>40</sup>:

O que mais se destaca nesse novo cenário que se apresenta é a percepção que o país entrou em um novo ciclo de mudança, tomando novas atitudes e clamando para si um papel que apenas os teóricos mais ferrenhos creditavam como certo: o líder das nações em desenvolvimento.

O Brasil despertou para esta possibilidade de liderança a partir de 2002, visto que as demais regiões do mundo já são coordenadas pelas potências hegemônicas tradicionais, EUA, Europa e Japão, através de financiamentos de projetos, doações de recursos, benefícios comerciais, etc.

Mas por que o Brasil tem que ser líder na missão do Haiti? Por que o Brasil participa de várias missões da ONU pelo mundo, como no Timor Leste e Guiné Bissau? Por que o Brasil investe nesta cooperação? Finalizando os questionamentos com a mais crucial das perguntas que esta monografia tenta explicar é: o PNUD colabora na promoção da Cooperação Sul Sul do Brasil?

Esta modalidade de cooperação ganhou em 1974, no PNUD, a Unidade Especial para CTPD, com sede no Panamá, mas para trabalhar Sul Sul em todo mundo. Veio desta Unidade o significado de CSS para as Nações Unidas, definição esta que vem sendo atualizada de acordo com o contexto de cada época.

<sup>37</sup> FONTOURA, Luis. **A Cooperação para o Desenvolvimento**. Disponível em < [http://www.adelinotorres.com/Desenvolvimento/Luis%20Fontoura\\_A%20Coopera%E7%E3o%20para%20o%20Desenvolvimento.doc](http://www.adelinotorres.com/Desenvolvimento/Luis%20Fontoura_A%20Coopera%E7%E3o%20para%20o%20Desenvolvimento.doc) > acesso em 17 nov 2008, p 7.

<sup>38</sup> G-77 foi fundado em 1964 por 77 países em desenvolvimento. O G-20 é mais recente, foi fundado em 2003 depois da V Conferência Ministerial da OMC. O Brasil é membro dos dois grupos.

<sup>39</sup> ASEAN = Association of South East Asian Nations. Fundado em 1967 pela Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia. Hoje, englobando também os seguintes países: Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja.

<sup>40</sup> Revista âmbito jurídico. **Em busca do protagonismo: a nova inserção brasileira no panorama internacional**. Disponível em < <http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/646.pdf> >, acesso em 04 dez 2008, p 3.

A principal fonte de recurso destinada obrigatoriamente para o Sul Sul pelo Governo Brasileiro foi decidido em 1997, quando todos os juros arrecadados com a aplicação dos orçamentos financeiros dos projetos de cooperação técnica internacional promovidos pelo PNUD fossem devolvidos ao Governo e realocados automaticamente para os programas de Sul Sul do país. Atualmente, o programa que recebe tais recursos é o BRA/04/043.

O tema ganhou efetiva importância na ONU recentemente, mais precisamente em 2006. Em 2006 a ONU montou um grupo de trabalho para estudar a CSS. Com o estudo, concluiu-se que simplesmente todas as agências, a sua maneira, promovem a CSS e ainda com temas muito parecidos (gênero/raça, HIV, fortalecimento institucional, etc). Só que as agências ainda não se articulam com a eficiência desejada.

Faz parte do mandato do PNUD, definido pela sede em Nova Iorque, assinar projetos nas diversas áreas de:

- a. Análise e Desenvolvimento de Capacidades;
- b. Justiça e Segurança;
- c. Meio Ambiente e Segurança Alimentar;
- d. Governança Democrática;
- e. Juventude;
- f. Setor Privado;
- g. HIV/AIDS;
- h. Cooperação Sul Sul;
- i. Esportes;

A sede coloca CSS dentro do mandato do Programa ao mesmo tempo em que o governo brasileiro coloca esta cooperação horizontal como um meio de política externa, então realizar a cooperação é viável e, no momento, indispensável. As embaixadas do Brasil não trabalham em rede eficientemente, já o PNUD tem mais facilidade, além de possuir conhecimento acumulado desta Cooperação. Embaixadas, tradicionalmente, tratam de temas políticos e não técnicos/operacionais.

Devido à sua generalização um pouco involuntária, a ONU decidiu definir CSS e de acordo com texto publicado por uma equipe da Coordenação do Sistema ONU, CSS nada mais é uma modalidade de cooperação técnica internacional entre países do Sul, que possuem realidades semelhantes, ao mesmo tempo em que possuem diferenças tão grandes quando comparada com países do Norte.

A característica exclusiva da CSS é a participação ativa de países em desenvolvimento na elaboração e execução do projeto e atividades. Assim, os desafios da CSS são vários, entre eles: aquele herdado da estrutura da cooperação internacional “tradicional” e os de ser uma cooperação



relativamente ‘nascente’, com dificuldades de crescimento.<sup>41</sup>

A CSS tomou fôlego em 2004, com a assinatura de 2 projetos com orçamento alto e com o aumento do interesse por parte do Governo Federal. Os dois projetos possuem características similares. Abaixo, nomes, dados orçamentários e vigência dos respectivos projetos:

**Tabela 4<sup>42</sup>**

Nº do Projeto	Nome	Instituição executora	Início	Término	Orçamento total
BRA/04/043	Implementação de Programas e Projetos de CTPD	CGPD <sup>43</sup> / ABC / MRE	31/8/2004	31/08/2009	28,701,638.66
BRA/04/044	Implementação de Projetos e Atividades de CTPD com a América latina, África e CPLP	CGPD / ABC / MRE	31/8/2004	31/08/2008	42,175,962.51

Fonte: elaboração própria.

Do ponto de vista técnico, a ONU pode contribuir muito. A demanda é alta e crescente e este Organismo é importante por ter papel de neutralidade e regularizador. Além disso, estar em parceria com um Organismo Internacional que trabalha, tradicionalmente com cooperação recebida, traz diversas vantagens para que a CSS seja mais qualificada, dentre elas:

1. Experiências já testadas, com material de suporte desenvolvido e maior potencial de alcance de resultados;
2. Impactos positivos na taxa de implementação de projetos;
3. Disseminação de projetos/programas brasileiros no exterior;
4. Transferência de tecnologia brasileira; e
5. Fortalecimento da política brasileira de cooperação sul-sul.<sup>44</sup>

O MRE entende que a CSS deve ser bilateral, mas na prática, sabem que a ONU é necessária, pois seus projetos são de longa data. A parceria com a ONU não transforma a política externa brasileira multilareal, pois esta agência internacional está apoiando o governo brasileiro nas políticas públicas que ele já desenvolve e irá desenvolver. Portanto, a CSS do Brasil permanece, ainda, com status de política bilateral. A ONU é um apoio às demandas que o Governo tem de órgãos internos e externos.

<sup>41</sup> Sistema das Nações Unidas. **Cooperação Sul-Sul: conceitos, tipologia e desafios**. Outubro 2007, p 7.

<sup>42</sup> CTPD = Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento; CGPD = Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento; ABC = Agência Brasileira de Cooperação; MRE = Ministério das Relações Exteriores.

<sup>43</sup> Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento.

<sup>44</sup> De acordo com apresentação realizada pela Coordenação do PNUD para o MRE, em setembro de 2008.

De qualquer forma, um questionamento importante é por que o PNUD precisa do Brasil e por que o Brasil precisa do PNUD para realizar CSS? É possível levantar alguns pontos, pois o PNUD:

1. agiliza as transações dos projetos brasileiros no exterior, além de ser uma maneira mais segura de realizar transferências de recursos;
2. possui uma rede de trabalho (network) estruturada, mesmo que ainda em aprimoramento; e principalmente,
3. possui vasto conhecimento na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de projetos de CTI.

Existe no PNUD muito conhecimento acumulado em programas e projetos de cooperação técnica internacional, contribuindo para que o governo brasileiro promova melhor suas atividades em outros países e seus ministérios.

É um fato que em muitas solicitações ao Organismo, ele pode ser visto como um banco, devido às transferências de recursos, mas estes são destinados a projetos com contrapartida nacional e suas despesas possuem uma finalidade substantiva e concreta (resultado no Plano de Trabalho Anual). Realizar compras, pagamentos e estas transferências podem, à primeira vista, caracterizar execução apenas operacional, mas a contribuição do PNUD se dá num nível mais macro, quando o projeto é concluído e o resultado devidamente instalado.

O Governo Brasileiro nunca trabalhou Sul Sul tão próximo às Nações Unidas. A ONU pode ofuscar a presença de qualquer outro ator e este país pretende ter maior visibilidade internacional. Desde sua assinatura até meados de 2008, a execução dos projetos de cooperação técnica da ABC de CSS eram relativamente baixas, em média 30% ao ano. Entretanto, a sede do PNUD em Nova York não permite que algum projeto com este índice de execução permaneça vigente.

Devido a seu peso político e por ser um meio de política externa brasileira, várias reuniões foram realizadas ao longo de 2008 para estruturar novos rumos aos projetos da ABC, de uma maneira em que o PNUD fique mais presente e possa realmente contribuir para que a CSS seja efetiva, duradoura e sustentável.

Estes programas são como um “guarda-chuva” da política externa brasileira e não estavam alcançando um resultado satisfatório do Ministério das Relações Exteriores e do próprio Presidente da República. Entretanto, é preciso aumentar a execução, mas alinhado às normas do PNUD mundial e do governo brasileiro.

Estes projetos são, como dito anteriormente, instrumentos de política externa

brasileira. Nas missões ao exterior, a presidência promete ajuda e a ABC aplica, na parte técnica. O Presidente Lula já tem segurança em fazer estas promessas por ter ciência de que o Brasil alcançou um patamar de conhecimento acumulado e pode ter um papel mais central no meio internacional.

O Brasil está levando de maneira sistêmica e fragmentada projetos de cooperação técnica em diferentes regiões do mundo. Num mesmo país, podem estar assinados diferentes projetos e executados por diferentes agências brasileiras.

A ABC possui a característica de promover projetos pequenos e com presença de maior parceria, diferentemente dos países ricos, onde cooperam através de projetos gigantes. Entretanto, com a ajuda do Sistema ONU, através do PNUD, estes projetos pequenos podem ficar sob um programa e abarcar uma maior presença do governo brasileiro, sem perder a parceria tão almejada. Esta é uma meta para ser alcançada a longo prazo.

Investir em CSS não significa que o governo brasileiro deixa de investir no desenvolvimento interno, eles não são excludentes. Manter um ambiente internacional mais estruturado aumenta a quantidade de parceiros comerciais que o país pode ter e ajuda no crescimento interno.

O Brasil está colaborando para que um mercado consumidor externo se erga, pois o mercado já está saturado atualmente e a produção não, então é preciso criar mais consumidores. Além do lado econômico, o prestígio do Brasil também aumenta politicamente, fazendo com que este país tenha mais parceiros nos diálogos multilaterais, em especial na Assembléia Geral e na OMC.

Um bom exemplo dos diversos benefícios da cooperação horizontal é o etanol brasileiro, que está ganhando cada vez mais adeptos externos. Entretanto, os países não vão sair do cartel do petróleo para entrarem num outro cartel do etanol. Dessa forma, o que o Brasil pretende é criar uma cultura do etanol, fazendo com que outros países na África, América Latina e Ásia também produzam esta energia, não sendo um cartel e sim um livre mercado. E também, não há terra suficiente no Brasil para cultivar etanol para o mundo todo, pois precisa continuar produzindo alimento. Então é ideal e vantajoso que haja um comércio amplo de etanol. Isso ampliará os horizontes. Com um mercado esquentado, o Brasil aproveitará a oportunidade para exportar, também, a tecnologia do etanol, que é mais lucrativo e mais substantivo.

### 3 A CTI: O BRASIL COMO ESTUDO DE CASO

O Brasil também usa a cooperação prestada para receber conhecimento, pois ao desenvolver projetos acaba se envolvendo com outras instituições internacionais experientes, além de instituições nacionais que receberam ou ainda recebem a cooperação técnica tradicional.

No estudo de caso do BRA/04/043, será detalhado quais são estas instituições e como elas promovem os projetos. Será feito um pequeno estudo do projeto antecessor dele, BRA/98/004, para, em seguida, explicar sobre o programa atual.

#### 3.1 Modalidades de projetos de Cooperação Técnica

O projeto BRA/04/043 é de execução nacional, ou seja, é um projeto NEX. Além desta modalidade, o PNUD tem outras três maneiras de executar projeto de CTI. São elas:

- *Development Support Services*<sup>45</sup> (DSS): é um arranjo de financiamento onde o Representante Residente pode obter pesquisadores especializados a curto prazo a nível nacional ou regional. As atividades de DSS devem centralizar nas seguintes categorias: (a) Consultoria especializada em áreas prioritárias do Programa; (b) resultados substantivos ligados ao desenvolvimento da estrutura de cooperação no país; (c) Desenvolvimento das temáticas de Programa; (d) Desenvolvimento de iniciativas de Programa relacionadas a temas globais, tais como meio ambiente, gênero e direitos humanos.

- *Development Advisory Services*<sup>46</sup> (DAS): Estes serviços podem apoiar diretamente as grandes prioridade estruturais ou iniciadas pelo Organismo, como os Programas Nacionais, UNDAFs, realização do ODM e programas conjuntos. O programa poderá também melhorar o processo de consulta entre os Representantes Residente, governos e doadores. No PNUD Brasil, temos como exemplo o projeto 00062474<sup>47</sup> – Projeto doação MEC - Alagoas, com vigência até 31/12/2009.

- *Direct Execution*<sup>48</sup> (DEX): é uma modalidade de execução onde o PNUD é a agência executora. Como agência executora, o PNUD é responsável pela gestão geral do

<sup>45</sup> Serviços de Apoio ao Desenvolvimento.

<sup>46</sup> Serviços Consultivos ao Desenvolvimento.

<sup>47</sup> Projetos DAS não se iniciam com a sigla BRA, possuem apenas a numeração do sistema Atlas. No PNUD, até janeiro de 2009, existem sete projetos DAS.

<sup>48</sup> Execução Direta.

projeto e pode envolver outras entidades, incluindo as agências das Nações Unidas como agências implementadoras para promover atividades. Isso significaria também que, nos termos do DEX não há modalidade de execução, mas arranjos de implementação (ou seja, contratação de agências de execução que seria instituição governamental, agência das Nações Unidas, ONG, ou empresa privada). O projeto “BRA/07/009: Parceria PNUD-AECI para o fortalecimento institucional no Brasil” é um exemplo de DEX no PNUD Brasil.

- *National Execution*<sup>49</sup> (NEX): NEX é utilizado quando existe uma capacidade adequada das autoridades nacionais para realizar as funções e atividades do programa ou projeto. A execução dos projetos exige que a instituição nacional que atua como parceiro de execução tem a capacidade técnica e administrativa para assumir a responsabilidade de mobilizar e aplicar eficientemente os insumos necessários para atingir os resultados esperados. Por outro lado, espera-se que a aplicação da modalidade NEX contribua para construir capacidades nacionais.

Como o Brasil já possui capacidade suficiente para implementar seus próprios projetos, a grande maioria é NEX. Projetos DEX são mais usados em países muito desestruturados, como no caso de Estados africanos. DAS são principalmente projetos com recursos de doação de outros parceiros que preferem apenas colaborar financeiramente. Por último, projetos DSS são muito pouco utilizados, não havendo, atualmente, nenhum no PNUD Brasil.

### 3.2 Agência Brasileira de Cooperação - ABC

A ABC foi criada em 1957, com endereço no MRE, mas com total autonomia deste Ministério. Apenas em 1996 que ela passou a ser integrada pelo Ministério, não havendo desvio de função, mas sim compartilhamento de responsabilidade. Assim, a coordenação da CTI no Brasil passou a ser centralizada num único órgão.

De acordo com o site oficial da ABC<sup>50</sup>:

[...] a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. Para desempenhar sua missão, a ABC se orienta pela política externa do MRE e pelas prioridades nacionais de

<sup>49</sup> Execução Nacional.

<sup>50</sup> Disponível em <<http://www.abc.gov.br/abc/abc.asp>>, acesso em 16 maio 2008,

desenvolvimento, definidas nos planos e programas setoriais de Governo.

A partir de novembro de 2008, o novo Diretor Geral da ABC passou a ser o Ministro Marco Farani, diretamente subordinado ao Embaixador Rui Nogueira, Subsecretário de Cooperação e Promoção Comercial.

A atual estrutura da ABC é composta por sete coordenações, separadas por tema e geograficamente, conforme listagem abaixo. A CGRM coordena, principalmente, a cooperação com os Organismos Internacionais, mantendo o monitoramento de todos os projetos brasileiros que são assinados com OIs.

1. CGPD - Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
2. CGRB - Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Bilateral
3. CGRM - Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Multilateral
4. CGMA - Coordenação-Geral de Cooperação em Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio-Ambiente
5. CGTI - Coordenação-Geral de Cooperação em Tecnologia da Informação, Governança Eletrônica, Defesa Civil, Urbanismo e Transporte
6. CGDS - Coordenação-Geral de Cooperação em Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Formação Profissional
7. CGAP - Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo

Assim como qualquer órgão público, a ABC também segue, acima de tudo, as prioridades nacionais para exercer suas funções na política externa. Ela exemplifica como o Brasil promove política exterior de forma pacifista e ao mesmo tempo, bastante presente.

A ABC já foi vista como um órgão que promove missões internacionais sem sucesso, ao implementar projetos sem qualquer sustentabilidade. Mas agora, além das diversas missões que são feitas todo mês, a Agência também tem vários projetos que estão em fases posteriores de execução, além da formulação destes ser mais qualificada, com o apoio do PNUD e do próprio treinamento interno que os funcionários recebem quando são lotados na ABC.

Os projetos da ABC são formulados depois das missões de prospecção, onde reúnem funcionários da ABC exclusivos para tal país e as equipes das instituições executoras (brasileira) e recipiendária (estrangeira). Três gerências internas são responsáveis por todos os subprojetos, tanto a parte política, quando a financeira. São a Gerência do Núcleo de

Administração e Finanças, Gerência de América Latina e Gerência de África, Ásia, Europa e Oceania.

São dezenas de parceiros que executam projetos e podemos citar alguns, a fim de esclarecer a variedade de projetos que são feitos:

1. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
2. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
3. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
4. Ministério da Educação (MEC);
5. Ministério do Meio Ambiente (MMA);
6. Ministério da Saúde (MS);
7. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB);
8. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
9. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
10. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
11. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER);
12. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR);
13. Serviço Social da Indústria (SESI);
14. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
15. Universidades, como Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC).

Mesmo qualificadas, estas instituições executoras passam por diversas dificuldades para executar os subprojetos no exterior, dentre elas a execução a distância, incertezas políticas no exterior e muita dependência da instituição recipiendária correspondente à brasileira. Muitas vezes ela não tem capacidade institucional para dar o apoio necessário ao Brasil. Devido a isso, a maioria das atividades dos subprojetos são missões de técnicos brasileiros ao exterior e vice e versa para capacitação. Todas as passagens e diárias são pagas pelo recurso dos projetos PNUD.

### **3.3 BRA/98/004 - Implementação de Programas e Projetos de CTPD**

Este projeto foi assinado em primeiro de abril de 1998, entre a ABC, como instituição executora e Governo (duas assinaturas), e com o PNUD. Seu PRODOC é bastante genérico e não prevê nenhuma atividade, exceto que serão implementados programas e

projetos de cooperação técnica brasileiros no exterior em diferentes países.

O PRODOC encerraria em dezembro de 2007, mas recebeu autorização do PNUD para posterga-lo por mais um ano. No final de 2008, recebeu outra autorização para mais seis meses de vigência, definitivamente. Dessa forma, em 30 de junho de 2009 ele será encerrado. A justificativa desta mudança são os 35 Subprojetos (SP) e Atividades Isoladas (AI) que ainda estão vigentes até este período.

O Ministério das Relações Exteriores defini Atividade Isolada como um instrumento criado com o objetivo específico bem definido, que se completa em si mesmo, uma ação pontual, que visa a responder a uma única demanda, com orçamento reduzido. Não se liga a outras atividades, apresenta menor complexidade, tem pequena escala e curto prazo de duração.

Para eles, Subprojeto é a unidade de trabalho operacional das atividades de cooperação, o meio que transforma fundos externos num conjunto de recursos orientados para um objetivo, organizados e programados de forma a atender a necessidades previamente identificadas.<sup>51</sup>

O orçamento total do projeto não sofreu alteração com este prolongamento da vigência, permanecem os mesmos US\$ 14,485,539.71 (quatorze milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e nove dólares americanos e setenta e um centavos). O valor é “quebrado” por ser depositado no PNUD em real, mas convertido em dólar.

Nestes últimos meses de vigência, haverá gastos no projeto em viagens, consultorias especializadas, aquisição de equipamentos, taxa de recuperação de custos do PNUD (5% do total gasto) e despesas de miscelânea.

### **3.4 BRA/04/043 - Implementação de Programas e Projetos de CTPD**

#### **3.4.1 Objetivos e Execução**

Os projetos do PNUD possuem sempre três assinaturas, onde a instituição executora é a primeira a assinar, depois a ABC, representando o Governo, e por último o PNUD. O projeto entra em vigência, então, a partir da assinatura do PNUD. O BRA/04/043 foi assinado pelo Organismo em 30 de agosto de 2004.

Ele não visa iniciar novas atividades, nem oficializá-las. De maneira geral, representa o que o Brasil vem fazendo e onde já tem previsões de aumentar sua

---

<sup>51</sup> MRE. **Ações de Cooperação Sul-Sul Executadas pelo Brasil**. Subsecretaria-Geral de Coordenação de Cooperação e de Promoção Comercial. Brasília, julho 2007, p. 6.



participação. O texto deste Documento de Projeto (PRODOC) são ações do Brasil na CTI Prestada. Ele é bastante diferente de PRODOCs de CTI Recebida, pois não especifica como agir, quando será feito, quanto será gasto, etc. É, sem dúvida, um projeto muito aberto, sem atividades específicas, daí vem o apelido de “Programa Guarda-Chuva”.

O PRODOC do BRA/04/043 começa com uma tabela comparativa de IDH, Alfabetização e Expectativa de Vida dos estados brasileiros com demais países, mostrando que nossos problemas são similares a várias regiões do mundo. Ao mesmo tempo, é possível vislumbrar outra interpretação para esta tabela, pois o Brasil pode tanto prestar cooperação quanto receber.

Uma característica importante da relação do Brasil com os demais Estados é a valorização que é dada à parceria, através de tratamentos de igual para igual<sup>52</sup>:

A estratégia maior de cooperação técnica prestada pelo Brasil, que não é assistencialista, não tem fins lucrativos e não é atada (*tied-aid*) a ações comerciais, está centrada no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam rápidas e efetivas.

A Cooperação Técnica Brasileira visa, acima de tudo, o fortalecimento institucional dos parceiros, assim como grande maioria dos Organismos Internacionais almeja, pois é dessa forma que a cooperação será sustentável e duradoura.

A maior forma de prestar cooperação pelo Brasil é através de horas técnicas, ou seja, envio de técnicos tanto brasileiros, quanto estrangeiros para o país onde o sub projeto é promovido e desenvolver as atividades lá. Há também a doação de recursos, promoção de cursos e doação de equipamentos<sup>53</sup>.

Através desta cooperação, o Brasil fortalece sua relação com os países em desenvolvimento, assegurando uma presença positiva nestas regiões. As boas práticas brasileiras são reflexos da nossa cultura solidária e harmônica que foi adquirido ao longo dos anos.

A cooperação prestada pelo Brasil é pautada pelas seguintes diretrizes<sup>54</sup>:

- priorizar programas de cooperação técnica que favoreçam a intensificação das relações do Brasil com seus parceiros em desenvolvimento, principalmente com os países de interesse prioritário para a política externa brasileira;

<sup>52</sup> PNUD. PRODOC do BRA/04/043 – Implementação de Programas e Projetos de CTPD. Brasília, agosto 2004, p 2.

<sup>53</sup> Ibidem, p 3.

<sup>54</sup> Ibidem, p 4.

- apoiar projetos vinculados, sobretudo a programas e prioridades nacionais de desenvolvimento dos países recipiendários;
- canalizar os esforços de CTPD para projetos de maior repercussão e âmbito de influência, com efeito, multiplicador mais intenso;
- privilegiar projetos com maior alcance de resultados;
- apoiar, sempre que possível, projetos com contrapartida nacional e/ou com participação efetiva de instituições parceiras; e
- estabelecer parcerias apenas com instituições genuinamente nacionais.

De acordo com o Documento de Projeto (PRODOC) do BRA/04/043, este apresenta como objetivo principal o seguinte<sup>55</sup>, lembrando que cooperação horizontal é sinônimo de cooperação Sul Sul:

Conceber e desenvolver programas e projetos de cooperação horizontal do Brasil que irão contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, para a ampliação de seus intercâmbios, para a transferência, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos e da experiência acumulada pelo Brasil, de forma a apoiar a capacitação de recursos humanos nos países recipiendários, o fortalecimento de suas instituições, e o desenvolvimento econômico e social.

Todo projeto de CTI também possui objetivos específicos:

I. Conceber e desenvolver programas e projetos de cooperação horizontal do Brasil.

E resultados:

1. programas e projetos de CTPD identificados;
2. programas e projetos operacionalizados;
3. mecanismos de gestão da cooperação horizontal implementados;
4. recursos humanos da Coordenação de CTPD e Coordenação de projetos capacitados;
5. capacidade de gestão dos projetos de cooperação técnica transferida aos parceiros e recipiendários de CTPD.

Como se pode observar, não é informado quais são os países de interesse prioritário e nem quais são os parceiros que buscarão executar estes objetivos. Esta informação realmente não existe, pois a demanda varia de acordo com o contexto histórico. Assim, qualquer país poderá, em algum momento, vir a ser prioridade do governo brasileiro.

As demandas são definidas através de missões de prospecção de funcionários da

---

<sup>55</sup> PNUD. PRODOC do BRA/04/043 – Implementação de Programas e Projetos de CTPD. Brasília, agosto 2004, p 8 e 9.

ABC e de instituições brasileiras. O operacional é feito pela rede de embaixadas do Brasil, pelo país receptor e também pelos escritórios do PNUD. O Organismo passou a colaborar mesmo em 2008, com a implantação do sistema Atlas que o configurou como uma rede mundial, tanto técnica quanto financeira.

### 3.4.2 Orçamento

O projeto BRA/04/043 começou com o orçamento de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), calculado na taxa de câmbio das Nações Unidas de agosto de 2004. São recursos<sup>56</sup>:

[...] oriundos do *Programme Cost-Sharing*, no valor de US\$ 7.180.413,00 (sete milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e treza dólares) somados a US\$ 2.819.587,00 (dois milhões, oitocentos e dezenove mil e quinhentos e oitenta e sete dólares) oriundos de rendimentos do *Programme Cost-Sharing*, contrapartida de recursos próprios nacionais, saldo remanescente do projeto BRA/98/004, e outras fontes.

Em novembro de 2008, o projeto contratou dois consultores do roster do PNUD para produzirem diagnósticos das atividades já realizadas por este projeto e do BRA/04/044, além de listarem todos os subprojetos que estão em execução e em negociação (*pipelines*).

Os consultores, depois do diagnóstico, também formularam a Revisão Substantiva destes dois projetos de cooperação prestada da ABC. Com a revisão, o orçamento do BRA/04/043 subiu para 30.175.945,90 (trinta milhões, cento e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco dólares norte americanos e noventa centavos), mas as fontes continuam as mesmas. Esta mudança no orçamento estava previsto desde a assinatura do PRODOC em 2004, mas não no valor exato, apenas no sentido de que seria permitido alterá-lo.

Até o primeiro bimestre de 2009, já foram gastos quase dois bilhões de dólares no âmbito deste projeto, em despesas relativas a viagens, consultorias, equipamentos, dentre outras.

Na mesma revisão, foi autorizada a extensão do projeto de 30 de agosto de 2009 para 31 de dezembro de 2012, podendo ser renovado, caso todas as partes concordem. Os consultores fizeram o Plano de Trabalho para cada ano, com os gastos previstos por país, separando por subprojeto e atividade isolada.

<sup>56</sup> PNUD. PRODOC do BRA/04/043 – Implementação de Programas e Projetos de CTPD. Brasília, agosto 2004, p 13.

### 3.4.3 Direção e Coordenação

O Diretor Nacional deste projeto é o próprio Diretor da ABC, atualmente, Ministro Marco Farani, enquanto a Coordenação foi ocupada pelo Coordenador de CGPD da ABC, no caso, a Ministra Andréia Rigueira. Ambos assumiram estes cargos em 2008. A Ministra Rigueira não está mais lotada na ABC, desde então, o projeto está sem Coordenador.

### 3.4.4 Sub Projetos no Haiti

Os compromissos do projeto PNUD com a ABC são atípicos. Eles são, na verdade, subprojetos assinados entre o Governo Brasileiro e o Governo estrangeiro. Todos os subprojetos possuem um foco de atuação e possuem a mesma finalidade que qualquer projeto de CTI.

O Haiti é um dos Estados onde o Brasil possui mais projetos de cooperação técnica. Para contribuir substancialmente a atuação brasileira no Haiti, esse Estado decidiu, em agosto de 2004, destinar mais de cinco milhões de dólares americanos para projetos de cooperação técnica, todos gerenciados pela ABC, mas com diversos parceiros. Foram e estão sendo executados subprojetos nos seguintes setores: pesquisa agrícola, saúde, transporte, justiça, educação, esporte e meio ambiente.

Estes subprojetos foram escritos pela ABC em conjunto com a respectiva instituição nacional executora, assim como sua implementação. A embaixada brasileira no país colabora, principalmente, na logística das missões ao Haiti. A responsabilidade pela execução e decisão das medidas a serem tomadas é compartilhada com o governo do Haiti.

Em dezembro de 2008 foi assinado o “Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para implementação do Programa Estratégico 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e Agricultura”<sup>57</sup>.

Ajuste Complementar é fundamental para iniciar qualquer atividade técnica no exterior, pois o Brasil precisa da concordância do outro Estado para atuar. A contraparte haitiana para nossa ABC que assinou este Ajuste foi o Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural. São estas duas instituições que designaram as agências brasileiras, haitianas ou Organismos Internacionais como parceiros para a execução.

De acordo com o Ajuste, cabe ao Brasil:

---

<sup>57</sup> Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Programa Estratégico 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e Agricultura. Divisão de Atos Internacionais – MRE. Disponível em <[http://www.abdir.com.br/legislacao/legislacao\\_abdir\\_7\\_1\\_09\\_1.pdf](http://www.abdir.com.br/legislacao/legislacao_abdir_7_1_09_1.pdf)>, acesso em 22 jan 2009.

1. designar instituições nacionais de excelência nas áreas de agricultura e segurança alimentar para apoiar a execução dos Projetos;
2. supervisionar a execução do Programa Estratégico e dos respectivos projetos específicos por parte das instituições nacionais designadas;
3. definir, em conjunto com a instituição executora, os Termos de Referência, especificações técnicas de bens e serviços que serão adquiridos para o desenvolvimento dos trabalhos, uma vez cumpridos os pré-requisitos;
4. articular-se com as instituições envolvidas no processo de implementação dos Projetos, quando houver necessidade de modificações e ajustes necessários ao bom andamento dos trabalhos; e
5. receber relatórios de progresso das instituições executoras parceiras com vistas ao melhor desempenho de suas atribuições, particularmente as de monitoramento e avaliação dos trabalhos em desenvolvimento.

Quanto ao Governo do Haiti, cabe:

1. supervisionar a execução do Programa Estratégico e dos respectivos projetos específicos por parte das instituições de execução;
2. designar funcionários locais para coordenar a implementação dos Projetos;
3. designar funcionários locais para coordenar as ações de ordem logística;
4. indicar técnicos haitianos para receber treinamento e participar das ações de transferência de tecnologias previstas nas atividades de cooperação técnica;
5. disponibilizar instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas nos Projetos;
6. prestar apoio aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, e fornecer todas as informações necessárias à execução dos Projetos;
7. garantir a manutenção dos vencimentos e demais benefícios do cargo ou função dos técnicos haitianos envolvidos nos Projetos;
8. tomar as providências para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro tenham continuidade; e
9. acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos Projetos.

De maneira geral, cabe ao Brasil executar e cobrir os custos do projeto, enquanto o Haiti, ou qualquer outro Estado dentro da CSS brasileira, oferece o apoio necessário para nosso Governo alcançar os objetivos propostos pelas partes.

O PNUD colabora bastante na parte operacional do item 4 que cabe ao Haiti. Este

governo nomeia os técnicos, passa para a ABC e ela emite as passagens e paga as diárias pelo projeto PNUD. O PNUD processa diárias e passagens não apenas para estes subprojetos do Haiti, mas para todos que a ABC coordena.

Está previsto neste artigo que as partes podem buscar qualquer outro parceiro e realmente o fazem, pois outros Estados como o Canadá e outras agências da ONU, como UNOPS e do sistema OEA, o IICA<sup>58</sup>, são executoras marcantes dos projetos no Haiti.

---

<sup>58</sup> OEA = Organização dos Estados Americanos. IICA = Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

## CONCLUSÃO

Esta monografia analisa a atualidade da cooperação técnica do Brasil com o PNUD, levando em consideração os pontos positivos e negativos de cada lado. É um tema extremamente importante para ser discutido, visto que o PNUD caminha a passos agigantados para independizar-se (graduar-se) da sede, ou seja, não receber mais recursos da sede mundial, ao mesmo tempo em que o governo pretende diminuir cada vez mais o número de projetos firmados junto a Organismos Internacionais.

A análise da conjuntura da CTI no Brasil atual fez-se necessário para ter um parâmetro acerca da procedência, assim como a disposição do Brasil com relação ao PNUD, onde a maioria dos seus recursos é proveniente de fonte do Governo Federal. Restou-nos responder a melhor maneira do Programa sustentar-se, mas tal questão depende de alguns fatores determinantes, como sua graduação perante a sede de Nova York ou não.

No mais, ainda não se sabe o que será dos Organismos Internacionais no Brasil. A cada nova eleição para Presidente da República, a incógnita permanece. Durante o Governo Lula, os Organismos, em especial o PNUD, foram/são importantes para a implementação de Projetos, mesmo porque a legislação brasileira não fornece flexibilidade suficiente para a execução ágil de um financiamento milionário.

A cooperação internacional é uma parceria fundamental entre Estado e OI. O caso da CTI no Brasil com o PNUD é um exemplo de sucesso, com a parceria perdurando desde a fundação do Programa. Com ela, o Brasil tem maior facilidade para implementar programas e projetos de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, ultrapassando certas dificuldades, como repasse de recursos e envio de técnicos brasileiros ao exterior ou de técnicos do país recipiendário ao Brasil. Assim, este país caminha bem para alcançar os resultados esperados e executar orçamentos milionários (por volta de 50 milhões de dólares norte-americanos)<sup>59</sup> até 2012.

A Cooperação Sul Sul aproxima Estados economicamente semelhantes e possibilita que eles se ajudem como podem, através de ajuda técnica, diferentemente da cooperação tradicional, onde países do hemisfério norte financiam programas assistencialistas nas demais regiões. A CSS é revolucionadora ao mostrar que ajudar o outro através de conhecimento técnico é mais barato e mais duradouro. Ela também é a melhor maneira de acumular

---

<sup>59</sup> Este é o total do orçamento previsto para ser usado em Cooperação Sul Sul pelo Governo Brasileiro em diversas regiões do mundo, até 2012.

experiências bem sucedidas para que sejam realizadas políticas públicas no âmbito interno, visto que a execução dos projetos é de responsabilidade das duas partes, Brasil (ou qualquer outro Estado prestador de cooperação) e o país recipiendário.

O Brasil já realiza CSS desde o início da década de 90. Agora está na fase de aprimorar esta cooperação e de expandi-la mais. Por isso, o Governo Federal dobrou o orçamento destinado ao MRE, principalmente para a ABC, enquanto diminuiu de alguns outros Ministérios, no tocante a esta CI.

Finalmente, o Brasil aprendeu que para alcançar desenvolvimento é preciso investir a longo prazo e saber conciliar as políticas interna e externa, tendo uma gestão comprometida com o crescimento da sociedade no geral. Não se pode esquecer também que os investimentos mais programados somente são permitidos se houverem investimentos a curto e médio prazo. Neste ponto o nosso país está trabalhando bem. Isto significa que o Governo Brasileiro promove várias políticas públicas, tanto de caráter técnico/assistencialista<sup>60</sup>, como de desenvolvimento tecnológico<sup>61</sup> e fortalecimento institucional<sup>62</sup>.

Sendo assim, a importância da CSS nas relações internacionais é, principalmente, pelo fato dos atores periféricos se sentirem mais incentivados a participarem da CTI. A experiência brasileira serve como exemplo, pois o país está presente em todos os continentes, mantendo relações harmoniosas com as demais partes.

---

<sup>60</sup> Projeto BRA/04/028 - Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família - Fase I. A instituição executora é o Ministério do Desenvolvimento Social.

<sup>61</sup> Projeto BRA/00/034 - Desenvolvimento Institucional do Centro de Gestão Estratégica do Conhecimento em Ciência e Tecnologia (CGECon). A instituição executora deste Projeto é o Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do MRE.

<sup>62</sup> Projeto BRA/03/040 - Fortalecimento Institucional do Ministério da Cultura. A instituição executora deste Projeto é o Ministério da Cultura.



## REFERÊNCIAS

GOUREVITCH, Peter Alexis. "Squaring the Circle: The Domestic Sources of International Cooperation" in **International Organization** 50, 2, Spring 1996, pp. 349-373. Registered Mark, 1998, by The IO Foundation and the Massachusetts Institute of Technology.

KEOHANE, R. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princenton, New Jersey: PUP, 1984.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. **Os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais na América Latina e o Protocolo de San Salvador**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001, p 29-57.

MACHADO, João Guilherme Rocha. **O desenvolvimento econômico e as Nações Unidas: uma análise da atuação do PNUD no Brasil**. Mestrado em Economia Política, PUC/SP, 2007.

ROUSSEUA, Jean-Jacques. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix.

ANDREWS, Christina W.. **Implicações Teóricas do Novo Institucionalismo: Uma abordagem Habermasiana**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a02v48n2.pdf>>. Acesso em 20 maio 2008.

BAUMGARTEN, Marcelo Zepka. **Em busca do protagonismo: a nova inserção brasileira no panorama internacional**. Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=646](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=646)>. Acesso em 17 nov. 2008.

CAMPELO, Valmir. **A Relação dos Tribunais de Contas com o Controle Interno**. Disponível em <<http://www.tribunaiscplp.gov.br/III%20AG%20-%20Jul2004/Tema%20I%20-%20A%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Tribunais%20de%20Contas%20com%20o%20Controle%20Interno/Tema%20I%20-%20Brasil%20-%20A%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20.doc>>. Acesso em 17 nov. 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Socializando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil**. Ver. Brás. Polít. Int., Brasília, 1994. 37 (1): 37-63. Disponível em <<http://ftp.unb.br/pub/download/ipr/rel/rbpi/1994/115.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2008.

FERNANDES, Vinícius Betsur Alvarenga. **Uma Análise da Cooperação Técnica Internacional no Brasil: A Cooperação Multilateral Recebida**. Disponível em <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/File/279/241>>. Acesso em 10 fev. 2009.

FONTOURA, Luis. **A Cooperação para o Desenvolvimento**. Disponível em <

[http://www.adelinotorres.com/desenvolvimento/Luis%20Fontoura\\_A%20Coopera%E7%E3o%20para%20o%20Desenvolvimento.doc](http://www.adelinotorres.com/desenvolvimento/Luis%20Fontoura_A%20Coopera%E7%E3o%20para%20o%20Desenvolvimento.doc)>. Acesso em 17 nov. 2008.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. **As três versões do Neo-Institucionalismo**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>>. Acesso em 20 maio 2008.

SEN, Amartya. **Autobiography**. Disponível em <[http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/1998/sen-autobio.html](http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1998/sen-autobio.html)>. Acesso em 27 out. 2008.

---

ABC. Disponível em <<http://www.abc.gov.br>>. Acesso em 20 maio 2008.

ALGO SOBRE. Disponível em <<http://www.algosobre.com.br/biografias/amartya-sen.html>>. Acesso em 27 out. 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Programa Estratégico 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e Agricultura. **Divisão de Atos Internacionais – MRE**. Disponível em <[http://www.abdir.com.br/legislacao/legislacao\\_abdir\\_7\\_1\\_09\\_1.pdf](http://www.abdir.com.br/legislacao/legislacao_abdir_7_1_09_1.pdf)>. Acesso em 22 jan. 2009.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Agência Brasileira de Cooperação - ABC**. Disponível em <<http://www.vipfe.gov.br/dgfe/agencias/Formularios/FormBrasil.doc>>. Acesso em 28 abr. 2008.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira**. Disponível em <[http://www.abc.gov.br/ct/historico\\_ct.asp](http://www.abc.gov.br/ct/historico_ct.asp)>. Acesso em 28 abr. 2008;

General Assembly. **General Assembly acts to strengthen United Nations cooperation**. Disponível em <<http://www.un.org/News/Press/docs/2006/ga10520.doc.htm>>. Acesso em 11 dez. 2008.

GPIA, The New School Graduate Program in International Affairs. Disponível em <<http://www.gpia.info/node/304>>. Acesso em 27 out. 2008.

Intranet da sede em Nova Iorque. **Direct Execution (DEX) and Direct Implementation (DIM) Finances**. Disponível em <<http://content.undp.org/go/userguide/finance/financial-management-and-execution-modalities/direct-execution-dex-and-direct-implementation-dim-finances/direct-execution-dex-and-direct-implementation-dim-finances.en>>. Acesso em 22 dez. 2008.

Intranet da sede em Nova Iorque. **Financial Details By Project - RBLAC – Brazil**. Disponível em <<http://atlas-snapshot.undp.org/?report=projects&unit=BRA>>. Acesso em 16 maio 2008.

Intranet da sede em Nova Iorque. **Frequently Asked Questions on Cost Recovery 1.** Disponível em <[http://webapp1.undp.org/content\\_reverse\\_proxy/?loc=/prescriptive/Atlas-Wave-II-Documents/download/?d\\_id=364960](http://webapp1.undp.org/content_reverse_proxy/?loc=/prescriptive/Atlas-Wave-II-Documents/download/?d_id=364960)>. Acesso em 19 dez. 2008.

Intranet da sede em Nova Iorque. **National Execution (NEX) Finances and NGO Execution Finances.** Disponível em <<http://content.undp.org/go/userguide/finance/fin-mgmt-exec-mod/natl-excut-nex-fin-ngo-execut-fin/?lang=en>>. Acesso em 22 dez. 2008.

Intranet da sede em Nova Iorque. **O PNUD e as Organizações da Sociedade Civil - Fortalecendo Parcerias.** Disponível em <[http://webdev.undp.org/cs toolkit/section\\_three/en/](http://webdev.undp.org/cs toolkit/section_three/en/)>. Acesso em 20 ago. 2008.

ONU-Brasil. Disponível em <<http://www.onu-brasil.org.br/index.php>>. Acesso em 09 jan. 2009.

PNUD. Disponível em <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em 16 abr. 2008..

PNUD. **Projeto do Milênio das Nações Unidas 2005 - Investindo no Desenvolvimento: Um Plano Prático para Atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Disponível em <<http://www.pnud.org.br/milenio/arquivos/ResumodoProjeto.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2008.

Revista âmbito jurídico. **Em busca do protagonismo: a nova inserção brasileira no panorama internacional.** Disponível em <<http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/646.pdf>>. Acesso em 04 dez. 2008.

United Nations. Disponível em <<http://www.un.org/>>. Acesso em 17 dez. 2008.

UNDG, United Nations Development Group. Disponível em <<http://www.undg.org/>>. Acesso em 28 out. 2008.

UNOPS, United Nations Office for Project Services. Disponível em <<http://www.unops.org/english/Pages/default.aspx>>. Acesso em 28 out. 2008.

MRE/ABC. **Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral.** Brasília: ABC, 2ª ed., 2004.

MRE. **Ações de Cooperação Sul-Sul Executadas pelo Brasil.** Subsecretaria-Geral de Coordenação de Cooperação e de Promoção Comercial. Brasília, julho 2007.

PNUD. **BRA/04/043 – Implementação de Programas e Projetos de CTPD.** Brasília, agosto 2004.

PNUD. **BRA/98/004 – Implementação de Programas e Projetos de CTPD.** Brasília, agosto 2004.

PNUD. **Como colocar o comércio global a serviço da população.** Brasília: IPEA, 2004.

PNUD. **Cooperation South – Creativity, Innovation and Intellectual Property Rights.** One United Nations Plaza, New York, USA. 2002.

PNUD. **Cooperation South – Rethinking the International Financial System. Views from the South: Architecture and Policies; Risks and Potentials.** One United Nations Plaza, New York, USA. Number one. 1999.

PNUD. **Cooperation South – Social Policy: Safety Net or Springboard?** One United Nations Plaza, New York, USA. Number two. 2001.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2006 - A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água.** 2006.

PNUD. **Sumário Executivo do Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008 – Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido.** 2007.

Sistema das Nações Unidas. **Cooperação Sul-Sul: conceitos, tipologia e desafios.** Outubro 2007.

Viotti & Kauppi (1999) e outros (vide referências bibliográficas ao final do texto). **Notas sobre Cooperação Internacional em Perspectiva Teórica.** Primeiro semestre de 2006.